



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 103ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 19/11/2020 (dezenove de novembro de dois mil e vinte), às dez horas, por meio de videoconferência, conforme condições estabelecidas pela deliberação conjunta COPAM/CERH-MG nº 19/2020.

1 Aos dezenove de novembro de dois mil e vinte, às dez horas, por meio
2 de videoconferência, conforme condições estabelecidas pela
3 deliberação conjunta COPAM/CERH-MG nº 19/2020, de 24 de abril de
4 2020, realizou-se a Centésima Terceira Reunião Extraordinária da
5 Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do Conselho Estadual
6 de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes
7 membros: O Presidente Suplente Ricardo Rodrigues de Carvalho, da
8 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
9 Sustentável (SEMAD); Representantes do Poder Público: Álvaro de
10 Moura Goulart, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
11 Abastecimento - SEAPA ; Benigno Antônio Oliva Santos, da Secretaria
12 de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Geraldo
13 Wellington Mota, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste
14 de Minas Gerais – IDENE; Hélio da Silva Mota, da Secretária de
15 Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA; Renato Jacomo
16 Manzan, da Empresa de Pesquisa e Agropecuária de Minas Gerais –
17 EPAMIG; Antônio Marcos de Freitas Monteiro, do Instituto Mineiro de
18 Agropecuária – IMA; 2º Ten. Marcos Paulo Dias Oliveira, da Polícia
19 Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG; Luiz Mendes Soares, do
20 Conselho regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais -
21 CREA/MG; Athaide Francisco Peres Oliveira, do Ministério Público de
22 Minas Gerais – MPMG; Cátia Regina de Freitas Rocha, da Prefeitura
23 de Unaí. Representantes da Sociedade Civil: Helberth Henrique Raman
24 do Vale Teixeira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
25 Gerais – FIEMG; Ediene Luiz Alves, da Federação da Agricultura e
26 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Vanessa Miriany Alves
27 Luiz, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do
28 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Adaiane Pereira de Souza,
29 da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais –
30 SIAMIG; Wender Antônio de Oliveira, da Faculdade de Ciências da
31 Saúde de Unaí – FACISA; Luiz Alberto Dolabela Falcão, da
32 Universidade Estadual de Montes Claros - Campus Unaí -
33 Unimontes/Campos Unaí; Rafael Lopes Napp, da Ordem dos



34 Advogados do Brasil - OAB/MG. **Assuntos em pauta. 1. EXECUÇÃO**
35 **DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Ricardo Rodrigues de
36 Carvalho: “Bom dia a todos, bom dia a todos os presentes aqui na sala
37 *Zoom* da reunião da URC Noroeste, bom dia a todas as pessoas que
38 nos acompanham pelo canal do *YouTube*. A gente já tem o quórum
39 suficiente para a abertura da reunião. Pauta da 103ª Reunião
40 Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Noroeste de Minas
41 (URC NOR) do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM,
42 que está sendo realizada no 19 de novembro de 2020, às 10h. Nesta
43 ocasião, excepcionalmente através do endereço virtual disponibilizado
44 na pauta. Vou convidar a todos neste momento para a execução do
45 Hino Nacional Brasileiro.” **2. ABERTURA PELA SECRETÁRIA**
46 **EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**
47 **AMBIENTAL (COPAM) E PRESIDENTE DA URC NOR, ANA**
48 **CAROLINA MIRANDA LOPES DE ALMEIDA.** Presidente Ricardo
49 Rodrigues de Carvalho: “Dando sequência à nossa reunião, abertura
50 pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental
51 (COPAM) e Presidente da URC NOR, Ana Carolina Miranda Lopes de
52 Almeida. Peço licença aqui para ler o memorando enviado pela
53 SEAPA, que possui o seguinte conteúdo: “Senhores Conselheiros,
54 diante da impossibilidade de comparecimento do titular e do primeiro
55 suplente, representantes do SISEMA, junto à URC NOR de Minas
56 Gerais, conforme composição estabelecida pela Deliberação COPAM
57 nº 1560, de 6 de abril de 2020, indico o senhor Ricardo Rodrigues de
58 Carvalho para presidir a 103ª Reunião Extraordinária da URC NOR que
59 será realizada no dia 19 de novembro de 2020, às 10h, inteiramente
60 digital, seguindo as deliberações do comitê extraordinário COVID-19,
61 além das demais normas relacionadas às ações de combate à
62 pandemia gerada pelo novo Coronavírus”. Portanto, desta forma, eu
63 declaro, mais uma vez, um bom dia a todos, e declaro aberto a nossa
64 reunião da 103ª Reunião Extraordinária da URC NOR. Eu vou passar
65 agora a uma carta de abertura com algumas orientações. “Prezados
66 senhores e senhoras que nos acompanham ao vivo pelo *YouTube*,
67 bom dia. Considerando o momento desafiador que estamos vivendo,
68 gerado pela pandemia do novo Coronavírus, a SEMAD publicou no dia
69 24 de abril, a deliberação conjunta COPAM/CERH nº 19/2020,
70 suspendendo as reuniões presenciais do COPAM e do CERH-MG, sem
71 previsão de retorno, como uma das ações de combate à propagação
72 deste vírus. Considerando que a mesma norma, em seu Artigo 2º,
73 determinou que a Secretaria Executiva do COPAM e do CERH
74 envidasse os esforços necessários para realização das reuniões das



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

75 URCs com tecnologia remota, dou às boas-vindas aos senhores
76 Conselheiros que tomarão posse hoje para exercerem o mandato desta
77 URC NOR de Minas Gerais para o biênio 2020/2022. Aproveito este
78 momento de abertura para dar as orientações gerais sobre como será
79 feito o andamento e encaminhamento desta reunião, uma vez que este
80 formato via videoconferência é uma novidade e um desafio, não
81 apenas para os senhores Conselheiros, mas para todos nós. Como já
82 foi passado a todos pelo Manual do Conselheiro, e também para
83 aqueles que puderam participar da reunião de treino realizada com a
84 equipe do Núcleo de Órgãos Colegiados no dia 17 de novembro,
85 anteontem, para solicitar a palavra é necessário levantar a mão, mas
86 não fisicamente, e sim a mão virtual, que existe dentro do aplicativo de
87 videoconferência que estamos utilizando. Peço a todos que
88 identifiquem e ativem este recurso neste momento. Conforme o
89 treinamento, peço a todos que identifiquem e ativem o recurso da
90 mãozinha que está disponível no aplicativo de videoconferência para
91 uso dos Conselheiros. Para aqueles que participam pelo computador,
92 esse recurso é ativado no canto inferior direito, na lista de participantes,
93 clicando no botão *raise hand*. Se o aplicativo dos senhores estiver em
94 inglês, esse botão. O recurso será ativado no canto inferior direito da
95 lista de participantes clicando no botão *raise hand*, que em português
96 significa levantar a mão. Para os que participam pelo smartphone, esse
97 recurso é ativado clicando no botão *raise hand* no menu que é aberto
98 após clicar no botão mais, no canto inferior direito da tela. Uma vez que
99 a palavra foi solicitada, eu vou conceder a palavra ao Conselheiro e
100 neste momento ele deve abaixar a mão virtual, apertando o botão *lower*
101 *hand*, ou abaixar a mão, em português, localizado no mesmo local do
102 aplicativo onde ele anteriormente clicou em *raise hand*, ou levantar a
103 mão. Peço que desativem a mãozinha virtual agora, se alguém tiver
104 com essa ferramenta ativada, peço que desativem agora. Esse
105 procedimento está sendo adotado para evitar tumultos, com vários
106 Conselheiros se manifestando ao mesmo tempo, ainda que sem a
107 intenção de fazê-lo. Inclusive para evitarmos ruídos externos e
108 microfônias, os Conselheiros que não marcarem a mão virtual estarão
109 com seus microfones silenciados pelo nosso moderador da
110 videoconferência, então a questão de deixar sempre o microfone
111 desligado é importante para evitarmos microfonia e melhorarmos a
112 qualidade da reunião. Não se preocupem, eu garanto a vocês que
113 estarei permanentemente de olho na lista de pessoas com a mão
114 levantada. Garanto também que essa reunião será conduzida com
115 muita calma e sem pressa, de forma que ninguém deixará de se



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

116 manifestar em nenhum momento. Sempre seguindo nosso Regimento
117 Interno, portanto, precisaremos que todos aguardem com calma,
118 tranquilidade e paciência à sua vez de falar. No momento da leitura da
119 pauta, após os comunicados dos Conselheiros e assuntos gerais, eu
120 farei uma pausa ao terminar a leitura de cada item de pauta, verificarei
121 quem está com a mão levantada virtualmente e concederei a palavra
122 para aqueles que a solicitaram, para que apresentem seus pedidos de
123 vistas, destaques e demais manifestações pertinentes no momento da
124 reunião. Os senhores devem ter notado que nós temos como item de
125 pauta para deliberação do conselho apenas o item 9.1. Então nesse
126 sentido a gente vai ter tranquilidade para discussão, levantamento de
127 dúvida ou apontamento do Conselheiro ou de algum inscrito para falar
128 sobre o item 9.1, que é o item para deliberação colocado aos senhores
129 nesta pauta de hoje. Após a leitura da pauta, aqueles processos que
130 não tiverem pedidos de vistas, destaque e nem inscritos serão
131 colocados em votação em bloco. É importante destacar que, como já
132 me referi, nós só um item, item 9.1, e, portanto, a gente não vai chegar
133 a essa situação de votação em bloco, porque o processo é único. E
134 diferentemente do que estamos habituados a fazer, a votação será
135 individualizada, chamarei cada Conselheiro presente na reunião, pela
136 ordem da Deliberação 1557/2020, que descreve a composição e
137 designação dos membros deste conselho, e pedirei ao Conselheiro
138 para se manifestar, devendo esse se identificar por nome, entidade que
139 representa e proferir, e dizer o seu voto. Então peço aos senhores que
140 neste momento identifiquem a entidade que representam, o nome e
141 profiram o voto na forma que estará colocada na planilha que os
142 senhores terão a visualização neste momento. Ao término da votação,
143 após todos os Conselheiros já terem votado, aqueles que se
144 absterem ou votaram contrário ao parecer único, serão chamados por
145 este Presidente para justificarem os votos. Havendo, por parte do
146 Conselheiro, a manifestação de voto favorável ao parecer emitido pelo
147 SISEMA, que no nosso caso hoje inclusive o processo do item 9.1 é de
148 apresentação da UFRBio Noroeste e terá os esclarecimentos
149 necessários através dos colegas da regional Patos de Minas, havendo
150 a concordância com o parecer não há necessidade da justificativa. As
151 abstenções e votos contrários haverá necessidade conforme
152 regimento. Após este momento, passaremos para os itens que não
153 houveram destaque e nem pedido de vistas, mas houveram inscritos.
154 Cabe aqui ressaltar para conhecimento de todos que as inscrições que
155 estão sendo feitas via formulário virtual e disponibilizado no *site* da
156 SEMAD e no *site* dos conselhos do COPAM E CERH, e também na



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

157 descrição do vídeo de transmissão ao vivo pelo *YouTube*. Esses itens,
158 é importante a gente deixar claro, por mais que a nossa pauta esteja
159 apenas com esse processo, para que os senhores tenham
160 conhecimento da dinâmica que será imprimida nessas reuniões virtuais
161 das URCs. A Secretaria Executiva entrará em contato com todas essas
162 pessoas no aplicativo de *WhatsApp* ou por *e-mail*. Portanto, nos itens
163 que houverem inscritos, será autorizada a entrada dos inscritos no item
164 da pauta em voga no momento na nossa sala de videoconferência,
165 sendo a autorização comunicada diretamente aos inscritos pela
166 Secretaria Executiva para permitir o processo de entrada. Então
167 naqueles processos em que a gente tiver inscrição para manifestação
168 do empreendedor ou do seu advogado ou consultor, a nossa Secretaria
169 Executiva através da equipe da Vânia, da ASSOC em Belo Horizonte,
170 entrará em contato com essa pessoa via e-mail, via aplicativo que é
171 colocado na ficha de inscrição em que esse particular preenche, a
172 Secretaria Executiva vai entrar em contato para fazer a entrada no
173 momento adequado do processo, com devida autorização da equipe da
174 assessoria. No momento em que for dada a autorização para os
175 inscritos entrarem na videoconferência, a reunião será pausada para
176 darmos tempo suficiente para que todos consigam fazer o *login*. Essa é
177 a questão da participação dos particulares que eventualmente vão
178 fazer alguma observação, algum destaque em um item determinado da
179 pauta, ok? Uma vez que todos tenham entrado, será concedida a
180 palavra aos inscritos, por ordem de inscrição, para que possam fazer
181 suas manifestações dentro dos prazos regimentares. É importante
182 destacar que o prazo regimental para essa manifestação é de cinco
183 minutos, prorrogável pelo Presidente por mais um, sendo que o
184 Conselho, entendendo pertinente e necessário, poderá conceder a
185 prorrogação deste prazo por mais cinco minutos, essa é uma palavra
186 do Conselheiro. Uma vez que todos tenham entrado, será concedida a
187 palavra aos inscritos por ordem de inscrição para que possam fazer
188 suas manifestações dentro do prazo regimental. Caso existam dúvidas
189 ou apontamentos pertinentes, debateremos e responderemos, como de
190 praxe, e somente após tudo estar devidamente esclarecido nós
191 passaremos para votação. Então essa parte é importante para que o
192 nosso conselho de uma forma geral fique confortável, tenha suas
193 dúvidas esclarecidas, e somente após esse conforto para os
194 Conselheiros a votação será realizada, de forma nominal e individual,
195 conforme já descrevi anteriormente, o processo da votação através da
196 planilha que será projetada para os senhores. Por fim, passaremos
197 para os itens de pauta nos quais foram feitos destaques. No momento



198 em que passarmos para um item que tenha destaque, os inscritos
199 neste item de pauta serão autorizados a entrar na sala de
200 videoconferência e passarão a acompanhar os debates aqui ao invés
201 do *YouTube*. Nesse momento que o inscrito tem autorização para
202 entrar na sala, ele sai do acompanhamento da nossa reunião pelo
203 *YouTube* e passa a fazer o acompanhamento e fazer parte do debate
204 dentro da nossa sala, junto ao conselho. Uma vez sanadas todas as
205 dúvidas e esclarecidas todas as questões que porventura surgirem
206 naqueles itens que foram feitos destaque, passaremos para o regime
207 de votação, sendo este como já descrito, sempre nominal e
208 individualmente. Creio que com essa explanação tenha ficado claro
209 como será o andamento da nossa reunião. Se algum Conselheiro ainda
210 tem alguma dúvida, levante a mãozinha. É um momento, pessoal, até
211 para a gente fazer um teste da questão da ferramenta, do instrumento
212 da mãozinha para manifestação dos nossos Conselheiros, então esse
213 é o momento em que encerro as instruções iniciais da nossa reunião, e
214 se algum Conselheiro tiver alguma dúvida, pode agora levantar a
215 mãozinha virtual que será dada a palavra para que manifeste a sua
216 dúvida. Vejo a mãozinha levantada do Luiz Falcão. Luiz é o nosso
217 Conselheiro da UNIMONTES Campus Unaí. Pois não, Luiz, a palavra é
218 sua.” Conselheiro Luiz Falcão: “Bom dia a todos e a todas, obrigado
219 pelos esclarecimentos, Ricardo, acho que ficou bem claro tudo que a
220 gente vai ter que passar nos processos. Só ficou uma dúvida aqui
221 sobre o parecer dos processos que a gente vai julgar. Eles vão vir
222 juntos com o *e-mail* da pauta ou teremos acesso de outra maneira para
223 a gente ver esses pareceres antes da reunião?” Presidente Ricardo
224 Rodrigues de Carvalho: “Bom dia, Luiz. Obrigado pela participação. Os
225 pareceres são sempre disponibilizados com antecedência regimental.
226 Então não se preocupe na dinâmica das nossas reuniões, e vocês
227 receberam o parecer do nosso item de hoje, o único item de hoje é o
228 item 9.1, em que vai ser julgado um processo administrativo para
229 exame de recurso de indeferimento de intervenção ambiental. Eles
230 foram disponibilizados com o tempo regimental e os senhores têm sim
231 acesso antes do dia da reunião. Eles são disponibilizados e enviados
232 via *e-mail*. Mais alguma dúvida? Luiz, ficou claro? Vamos em frente,
233 então. Não havendo mais dúvidas, passamos ao próximo item da
234 pauta.” **3. POSSE DOS CONSELHEIROS DA URC NOR (BIÊNIO**
235 **2020/2022)**. Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Passamos ao
236 item 3, a posse dos Conselheiros da URC NOR para o biênio
237 2020/2022. Eu passo neste momento aqui então à leitura do termo de
238 posse. Informo aos senhores que todos os termos foram enviados a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

239 nossa assessoria, devidamente assinados, conforme requerido a cada
240 um de vocês, então em relação a essa necessidade, a assinatura dos
241 termos de posse já foram recebidos e estão confirmados. Então passo
242 ao termo de posse dos membros da URC NOR do COPAM para o
243 biênio 2020/2022. A deliberação COPAM nº 1557, de 6 de abril de
244 2020, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, caderno 1, Diário do
245 Executivo, sessão Conselho Estadual de Política Estadual, COPAM, no
246 dia 7 de abril de 2020, página 11, legitima os senhores Conselheiros
247 Titulares e Suplentes representantes das entidades que compõem o
248 segmento do poder público e das entidades de classe, para um
249 mandato relativo ao biênio 2020/2022 nos termos do Artigo 15, inciso
250 sexto, da Lei nº 21972, de 21 de janeiro de 2016, e Artigo 20 do
251 Decreto nº 46953, de 23 de fevereiro de 2016. Assim, ficam os
252 Conselheiros componentes da URC NOR cientificados do compromisso
253 de desempenhar com probidade o exercício da função pública, e
254 cumprir fielmente todos os deveres que lhe forem atribuídos em
255 conformidade com a ética pública, a partir da data da assinatura deste
256 termo de posse, sendo esta ação indispensável a ser realizada
257 previamente para assumir a plena condição de representante legal
258 para participação nas reuniões. Vou fazer uma pausa para informar aos
259 senhores mais uma vez que todos os termos de posse dos
260 Conselheiros foram recebidos devidamente assinados. Além disso,
261 assume também todos os encargos do mandato no qual ora se investe,
262 zelando pela defesa do meio ambiente como serviço relevante
263 prestado ao estado, e declara sob as penas da lei sobre ele não incidir
264 as vedações previstas nos artigos 51, 52, 53 e 54 da Deliberação
265 Normativa COPAM nº 177 de 22 de agosto de 2012, e comprometem-
266 se a observar o disposto nos artigos 61, 62 e 63 da Lei Estadual nº
267 14184 de 30 de janeiro de 2002. Para constar, lavrou-se o presente
268 termo que foi assinado pelo excelentíssimo Senhor Secretário
269 Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), bem
270 como pelos Conselheiros empossados. Belo Horizonte, 12 de
271 novembro de 2020. Assina como Presidente da Secretaria Executiva a
272 senhora Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida, juntamente com os
273 termos que os senhores enviaram. Eu vou aproveitar também neste
274 momento de posse dos Conselheiros para, primeiramente, dar boas-
275 vindas a todos, desejar que os trabalhos sejam eficientes, sejam
276 efetivos, que a gente observe o desenvolvimento socioeconômico da
277 nossa região, sem deixar de lado a questão ambiental, sempre
278 importante por ser um bem da coletividade, e vou fazer um comunicado
279 até em resposta, em retorno ao nosso Conselheiro Benigno que se



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

280 manifestou desta forma na nossa reunião de treinamento do dia 17,
281 que eu recebo um comunicado, senhores Conselheiros, da Comissão
282 de Ética da SEMAD, com o seguinte teor: “Recentemente, por meio da
283 Resolução SEMAD nº 2971, de 16 de junho de 2020, foi alterada a
284 composição da comissão ética da SEMAD. Como novos membros da
285 comissão, gostaríamos de nos apresentar e colocar a Comissão Ética
286 da SEMAD à disposição dos senhores Conselheiros para orientações,
287 esclarecimentos de dúvidas, recebimento de denúncias ou qualquer
288 demanda relativa à nossa competência. Aproveitamos para lembrá-los
289 que como membros deste conselho os senhores exercem a função de
290 agente público, e como tal devem observar o código de conduta ética
291 do agente público do estado, estabelecido pelo Decreto Estadual nº
292 46644, de 6 de novembro de 2014. Deve ser sempre respeitada a
293 liberdade de expressão de todos os Conselheiros, que por sua vez
294 devem representar suas entidades com diligência e honestidade, sendo
295 sua atuação pautada pelo respeito com serviços ao órgão ambiental e
296 demais colegas na atividade deste conselho. E pelos princípios éticos
297 que regem nosso trabalho no Estado de Minas Gerais, recomendamos
298 para isso a leitura do Código de Conduta Ética, disponível no *site* do
299 governo. Esse código está disponível para os senhores, de fácil
300 acesso. É possível achá-los em várias Secretarias, que é o nosso
301 Código de Ética dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Assinam
302 essa nota os membros da Comissão de Ética da SEMAD, a senhora
303 Ana Carolina Andrino de Melo, Mariana Antunes Pimenta, Laércio
304 Capanema Marques, Giovanni Lourenço Coleta e Ricardo Henrique
305 Cottini”. Informamos também que, além da iniciativa ora apresentada,
306 deixando à disposição dos senhores um canal aberto com a Comissão
307 de Ética da SEMAD para esclarecimento de dúvidas, encaminhamento
308 de denúncias, além dessa iniciativa, serão planejadas outras atividades
309 mais abrangentes, a serem desenvolvidas junto aos Conselheiros do
310 COPAM e CERH, com objetivo de orientá-los e deixar
311 permanentemente aberto o diálogo com a Comissão de Ética da
312 SEMAD, e que tais propostas serão encaminhadas às Vossas
313 Excelências para conhecimento e aprovação no momento oportuno.
314 Então essa é uma iniciativa da SEMAD no sentido de esclarecer aos
315 senhores em relação à função que os senhores estão recebendo agora
316 neste momento e informar também que será ministrada nos próximos
317 dias, em momentos oportunos, treinamentos para que todos fiquem
318 bem informados, esclareçam dúvidas e que os trabalhos sejam
319 desempenhados da melhor forma possível. Na sequência da nossa
320 reunião, depois de empossados os nossos membros, nossos novos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

321 membros do conselho, a quem novamente dou as boas-vindas,
322 passamos ao item 4 da nossa pauta.” **4. COMUNICADO DOS**
323 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Ricardo
324 Rodrigues de Carvalho: “Abro nesse momento a palavra ao conselho, a
325 gente tem um tempo regimental de 30 minutos para manifestação livre
326 dos Conselheiros. A palavra está aberta. Eu estou vendo a mãozinha
327 levantada com o Álvaro, da SEAPA. Pois não, Álvaro, a palavra está
328 aberta para você. Álvaro, representante da SEAPA. Seu microfone está
329 fechado. Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Agora sim. Somente
330 para dar boas-vindas a todos, cumprimentar o senhor Presidente que
331 está conduzindo a reunião, e dizer que é com muita satisfação que nós
332 estamos representando a Secretaria de Estado e Agricultura, estamos
333 à disposição, nós somos funcionários da EMATER, que é vinculada à
334 Secretaria de Estado e Agricultura, então é dar boas-vindas aos nossos
335 pares e dizer que estamos à disposição para trabalhar com zelo,
336 contribuindo com nossos conhecimentos e princípios dentro da ética
337 para estar colaborando nessas decisões importantes desse colegiado,
338 e desejar uma reunião profícua a todos e boas-vindas. Um bom dia.”
339 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, Álvaro, muito obrigado
340 pelas palavras. Espero que a gente tenha realmente, que os senhores
341 Conselheiros neste biênio possam contribuir com nosso meio ambiente
342 e o desenvolvimento sustentável aqui do noroeste. Questiono se mais
343 algum Conselheiro quer fazer o uso da palavra, se não, passamos ao
344 item subsequente da nossa pauta. Creio que não, a nossa assessoria
345 informa que não tem mais nenhum pedido de manifestação do
346 Conselheiro.” **5. EXAME DA ATA DA 102ª RE DE 17/10/2019.**
347 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Vamos então ao item 5 da
348 pauta, Exame da Ata da 102ª RE da URC NOR, realizada no dia
349 17/10/2019. Estou sendo informado que neste item a gente tem um
350 inscrito que gostaria de se manifestar, é o senhor Alexandre Stelin dos
351 Santos, sociedade civil. Naquela dinâmica que eu já informei aos
352 senhores, a gente aguarda por um instante para que o senhor
353 Alexandre possa entrar na sala e fazer o uso da palavra pelo prazo
354 regimental. Senhor Alexandre, estamos aguardando, senhores
355 Conselheiros, o pedido de inscrição para o item 5, senhor Alexandre.
356 Vamos aguardar mais um minuto, a equipe está entrando em contato
357 com o Alexandre, e não sendo possível, a gente dá continuidade à
358 reunião. Senhores Conselheiros, estou sendo informado que não foi
359 possível o contato com o senhor Alexandre. A gente dá continuidade
360 ao exame da ata da 102ª Reunião, realizada no dia 17/10/2019.
361 Conforme já informei anteriormente a dinâmica, a gente vai



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

362 disponibilizar a planilha de votação para manifestação individual de
363 cada Conselheiro. Pedir à Assessoria que coloque a planilha na tela.
364 Vamos então à votação. Como vota SEAPA, Álvaro?” Conselheiro
365 Álvaro de Moura Goulart: “Eu vou me abster.” Presidente Ricardo
366 Rodrigues de Carvalho: “Álvaro, conforme informado anteriormente e,
367 segundo o Regimento, a abstenção precisa ser justificada.”
368 Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Perfeito, justifico a minha
369 votação em decorrência de não ter participado da última reunião, onde
370 nós tivemos a presença, mas foi de meu colega, que foi o segundo
371 suplente.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, Álvaro, só
372 fazendo uma observação. Entendo a colocação do senhor, mas a
373 representação no conselho é da entidade, então eu recomendo que
374 seja feito contato com o Conselheiro que participou da última reunião,
375 representando a entidade, para que no diálogo essa dúvida possa ser
376 sanada. Como vota SEDE, Benigno.” Conselheiro Benigno Antônio
377 Oliva Santos: “Da mesma forma do Álvaro, não participei da primeira,
378 mas considerando sua fala, sou favorável.” Presidente Ricardo
379 Rodrigues de Carvalho: “SEDE, favorável.” Conselheiro Álvaro de
380 Moura Goulart: “Quem fala primeiro está sujeito, nós sabemos que não
381 é mudança de opinião, mas em decorrência da sua fala e da não
382 manifestação contrária do meu colega que participou da última reunião,
383 eu entendo que posso votar favorável, se for o caso.” Presidente
384 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Pois não, Álvaro. Álvaro,
385 representante SEAPA, vota favorável. Informando aos senhores que a
386 ata da reunião eu entendo a posição dos senhores, visto que a última
387 reunião ocorreu há mais de um ano, e, portanto, já há um bom tempo,
388 mas o que a gente vota agora é apenas a ata que foi redigida e
389 disponibilidade aos senhores com o prazo regimental. Na sequência,
390 então, manifestação, como vota IDENE, Geraldo Welligton Mota?”
391 Conselheiro Geraldo Wellington Mota: “Favorável.” Presidente Ricardo
392 Rodrigues de Carvalho: “Como vota SEINFRA, Hélio da Silva Mota.”
393 Conselheiro Hélio da Silva Mota: Favorável”. Presidente Ricardo
394 Rodrigues de Carvalho: “Como vota EPAMIG?” Conselheiro Renato
395 Jacomo Manzan: “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de
396 Carvalho: “Como vota IMA?” Conselheiro Antônio Marcos de Freitas:
397 “Vota favorável”. Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como
398 vota PMMG? Tenente Marcos Paulo está presente? A gente vai passar
399 para a sequência, ao final eu indago mais uma vez sobre a presença
400 da PMMG ou a gente destaca como ausente. Como vota CREA?”
401 Conselheiro Luiz Mendes Soares: “Bom dia, voto favorável.” Presidente
402 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota Ministério Público?”



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

403 Conselheiro Athaíde Francisco Peres: “Bom dia a todos, o voto é
404 favorável pela confirmação da formalidade da ata. Obrigado.”
405 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota a Prefeitura de
406 Unaí, Cátia Rocha. Como vota Prefeitura de Unaí? Está presente?
407 Vamos imprimir a mesma dinâmica, Prefeitura de Unaí ainda não se
408 manifestou, vamos em frente. FIEMG, como vota a FIEMG, Helberth.”
409 Conselheiro Helberth Henrique Raman: “Bom dia. Voto favorável.”
410 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “FAEMG, como vota?”
411 Conselheira Ediene Luiz Alves: “Bom dia, voto favorável.” Presidente
412 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “FEDERAMINAS, como vota?”
413 Conselheira Vanessa Miriany Alves Luiz: “Favorável”. Presidente
414 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Vanessa. Como vota
415 SIAMIG?” Conselheira Adaiane Pereira de Souza: “Bom dia a todos,
416 favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota
417 FUNATURA, Ernane Faria. Ernane Faria está ausente, estou informado
418 aqui pela assessoria que está ausente. E estou sendo informado
419 também que a PMMG, na pessoa do Tenente Marcos Paulo, está
420 votando favorável à aprovação da ata. Vamos em frente, como vota a
421 AMLPPN, Ésio Mendes do Nascimento. Estou sendo informado que
422 essa associação está ausente. Como vota AAMA, Daniel de Melo
423 Valadão. AAMA também está ausente? Como vota FACISA?”
424 Conselheiro Wender Antônio de Oliveira: “Bom dia a todos, pela
425 conformidade e legitimidade da ata, favorável.” Presidente Ricardo
426 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Wender, como vota UNIMONTES?”
427 Conselheiro Luiz Alberto Dolabela Falcão: “Bom dia a todos de novo.
428 Ricardo, posso ter comido mosca, mas eu só vi a ata do *link* que o
429 pessoal mandou agora, e dei uma corrida de olho e parece que a
430 UNIMONTES não estava presente nessa reunião, então nesse caso eu
431 vou optar por abster.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok,
432 Luiz, está justificado. Como vota a OAB?” Conselheiro Rafael Lopes
433 Napp: “Bom dia Presidente, demais Conselheiros, nós vamos nos
434 abster de votar, uma vez que a OAB não tinha cadeira à época da
435 referida reunião. Nós tomamos posse somente agora.” Presidente
436 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, Rafael, obrigado pela
437 manifestação. Estou sendo informado aqui que a representante da
438 Prefeitura de Unaí vota favorável. As informações chegam pra gente
439 aqui por vezes via *WhatsApp* ou por *e-mail*, algum problema lá na
440 comunicação, no áudio, o Conselheiro acaba comunicando com a
441 gente aqui no grupo que foi criado, e, portanto, além aqui dessa
442 ferramenta em que a gente desenvolve nossa reunião, a gente também
443 utiliza das demais. Então a composição dos votos, declaro aprovada a



444 ata da 102ª Reunião, com 15 votos, 02 abstenções e 03 ausências,
445 declaro aprovada a ata da 102ª Reunião do dia 17/10/2019.” **6.**
446 **FUNÇÃO E ESTRUTURA DO COPAM: REGIMENTO INTERNO**
447 **(DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 177/2012).**
448 **APRESENTAÇÃO: URC NOR. Presidente Ricardo Rodrigues de**
449 **Carvalho**: “Vamos então ao nosso próximo ponto de pauta, que é a
450 função e estrutura do COPAM: Regimento Interno. Essa apresentação
451 é importante aos senhores Conselheiros pois poderá esclarecer
452 eventuais dúvidas e apresentar aqui para os senhores os detalhes do
453 nosso regimento. Essa apresentação será ministrada pela Giselle
454 Borges, que é nossa colega servidora da Diretoria de Controle
455 Processual do Noroeste de Minas Gerais. Passo a palavra nesse
456 momento a Giselle para falar sobre a Deliberação Normativa nº
457 177/2012. Giselle, a palavra está com você.” **Giselle Borges, SUPRAM:**
458 “Se alguém não estiver ouvindo ou se a transmissão de repente
459 encerrar, é porque a minha *internet* está um pouco instável.”
460 **Conselheiro Álvaro de Moura Goulart**: “Está dando microfonia.” **Giselle**
461 **Borges, SUPRAM**: “É por causa do retorno. Estou na SUPRAM, na
462 sala, para tentar resolver. Vamos lá. Só um minutinho. Prontinho. Bom
463 dia a todos, inicialmente. Quero agradecer a participação de todos os
464 Conselheiros, de todas as entidades, temos entidades novas
465 participando que acabaram de tomar posse nesse novo biênio, e
466 acredito que o Regimento Interno, conhecimento às normas que vão
467 direcionar as atividades de vocês, dentro das atividades relacionadas
468 às URCs, está compilado numa apresentação muito simples, mas
469 também acho importante que vocês tenham acesso a essas normas
470 por meio do *site* da SEMAD, estão disponíveis no *site* da SEMAD, e
471 leiam com cuidado, com muita parcimônia, principalmente os deveres,
472 as responsabilidades de cada Conselheiro durante as reuniões. Eu vou
473 passar a apresentação, vou tentar compartilhar minha tela aqui com
474 vocês, para ficar mais fácil. O Célio vai colocar para mim. O pessoal da
475 SEMAD vai colocar para mim, da SUPRAM, o compartilhamento da
476 tela. Isso, ótimo, acho que agora todos vocês estão visualizando a
477 apresentação. A gente começa tratando do Regimento Interno do
478 COPAM. As primeiras normas que trabalharam toda a estruturação do
479 COPAM no Estado de Minas Gerais foram direcionadas desde lá da
480 década de 1970, então o primeiro Decreto é o 18466/77, que instituía a
481 comissão de política ambiental, e em sequência tivemos a Lei nº
482 7772/80, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio
483 ambiente, que está vigente até hoje. O Decreto nº 44667/07, que foi
484 revogado posteriormente por uma norma de 2016 que nós vamos ver



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

485 posteriormente, que dispunha sobre a reorganização do COPAM. E em
486 sequência tivemos a Deliberação Normativa COPAM nº 30/98, que foi o
487 primeiro Regimento Interno do COPAM, que disciplinava todos os
488 trabalhos dos Conselheiros em todos os órgãos que compõem a
489 estrutura do COPAM. Lembrando que o COPAM tem papel muito
490 importante dentro dessa política estadual e ambiental. É um órgão que
491 compõe a estrutura, que compõe a estrutura do próprio SISEMA e
492 subordinado administrativamente à SEMAD, e todos os Conselheiros
493 possuem um papel muito importante dentro dessa estruturação, porque
494 vocês é que definem a política ambiental do estado, por isso essa
495 relevância dessa função pública que todos vocês Conselheiros
496 exercem para direcionar as atividades ambientais e que claro, vão ter
497 uma influência direta sobre os aspectos econômicos, sobre as
498 viabilidades dos empreendimentos econômicos no Estado de Minas
499 Gerais. Hoje as atuais normas que tratam do COPAM é a Lei nº
500 21972/16, que dispõe sobre o SISEMA, e como eu disse, o COPAM é
501 um órgão dentro dessa estrutura, compõe a estrutura do SISEMA.
502 Temos também o novo, não tão novo, quatro anos atrás, o Decreto nº
503 46953/16, que dispõe atualmente sobre a organização do COPAM e a
504 Deliberação Normativa nº 177/2012, que é o atual Regimento Interno
505 do COPAM. Esse atual Regimento Interno do COPAM tem algumas
506 disposições que foram alteradas pelo Decreto nº 46953/16. Uma das
507 disposições que foram alteradas, que não está lá de forma explícita,
508 mas em razão da normativa da organização do COPAM já se encontra
509 em fase de alteração, é a atribuição do Presidente, por exemplo. Nós
510 vamos ver mais à frente com relação ao voto comum e ao voto de
511 qualidade que ele exerce atualmente. No momento oportuno vamos
512 tratar disso. Então é sempre importante destacar que essa DN nº
513 177/2012 tem que ser lida em consonância com o Decreto nº 46953/16,
514 porque existem algumas modificações que foram realizadas, não houve
515 alteração substancial, mas algumas coisas pontuais que devem ser
516 observadas. Em sequência, a gente trata da estrutura. Como é
517 constituído o COPAM. O próprio Decreto Estadual nº 46953, no Artigo
518 4º traz toda essa estrutura, Presidência, Secretaria Executiva, Plenário,
519 Câmara Normativa e Recursal, as Câmaras Técnicas Especializadas, e
520 aí eu tenho de Políticas de Energias e Mudanças Climáticas, Proteção
521 à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, de Atividades Minerárias,
522 Industriais, Agrossilvipastoris, de Infraestrutura de Transporte,
523 Saneamento e Urbanização e Infraestrutura de Energia. Em sequência,
524 nós temos as URCs, que é o que efetivamente tem importância para a
525 nossa apresentação de hoje, já que esse conselho foi constituído no



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

526 âmbito da URC NOR. As URCs no estado acompanham o número
527 máximo de 17 e a sede e a circunscrição territorial delas são
528 estabelecidas conforme a sede e circunscrição territorial das próprias
529 SUPRAMs, e aí também estão lá dispostas no anexo do próprio
530 Decreto nº 46953 com todos os municípios que incluem as URCs. E as
531 reuniões que são realizadas para debater as políticas ambientais
532 dessas regionais. Vocês compõem o conselho da URC NOR. A
533 Deliberação Normativa COPAM traz em toda sua estrutura tanto as
534 disposições, vocês vão ver que existem comparando ambas as
535 normas, tanto o Decreto de 2016 quanto o Regimento Interno de 2012,
536 existem muitas disposições similares, apesar de algumas modificações
537 pontuais como eu disse, mas a estrutura é muito parecida. Então temos
538 lá as disposições preliminares, órgãos seccionais, finalidade do
539 COPAM, como é feita a organização do conselho, como devem ser
540 feitos os recursos no âmbito do COPAM e as disposições finais e
541 transitórias. Além disso, ainda tem as estruturas das reuniões
542 colegiadas, dos grupos de trabalho e a própria composição do COPAM,
543 como vocês viram é composto tanto por órgãos do poder público
544 quanto da sociedade civil, então nós temos representantes nessa
545 composição de no mínimo 12, no máximo 20 em cada uma das
546 regionais, e conforme dito, eu acho muito importante que todos os
547 Conselheiros tenham acesso a essa norma e se disponham a ler com
548 bastante cuidado, porque ela é uma norma, não vou apresentar
549 inteiramente ela hoje porque são 77 artigos na Deliberação Normativa
550 COPAM, então mais de 70 artigos fica impossível tratar numa reunião
551 com muitas peculiaridades, nós vamos tratar apenas do que é
552 necessário efetivamente para que vocês conheçam como vocês podem
553 atuar no âmbito dessas reuniões, e os impedimentos e suspeições que
554 são aplicáveis aos órgãos e entidades, aos membros do conselho.
555 Vamos passar para o Regimento Interno, os principais aspectos. O
556 aspecto inicial, um dos principais, é a questão do quórum de instalação
557 e o quórum de deliberação. Qual a diferença entre eles: para instalar
558 uma reunião do COPAM, o Ricardo estava no início da reunião
559 conferindo quantos Conselheiros estavam presentes. Por que é
560 necessária essa conferência? Porque se eu não atinjo o quórum de
561 instalação, a reunião não se realiza, e o Regimento Interno do COPAM
562 traz a necessidade do quórum de instalação de uma maioria absoluta
563 dos membros deste conselho. Então se eu tenho 20, o máximo de 20
564 membros, como nós temos aqui, eu preciso de uma maioria absoluta,
565 pelo menos 11 Conselheiros presentes para que se inicie a reunião.
566 Não havendo esse quórum de instalação à reunião tem que ser



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

567 cancelada e designada uma nova data, então é sempre importante a
568 presença dos membros neste conselho. A próxima diferença é o
569 quórum de deliberação. Uma vez instalada a reunião, iniciada a
570 reunião, tem-se que verificar a cada item de pauta que precisa ser
571 levado a votação, as deliberações que são colocadas dentro daquela
572 pauta, daquela reunião, eu preciso identificar se há um quórum mínimo
573 para aprovação daqueles pontos específicos. Só analisar um ponto que
574 foi citado pela Vânia da SEMAD, ela pediu para retificar a questão das
575 circunscrições da URC. Elas estão estabelecidas pelo Decreto nº
576 47787/2019. Depois eu coloco isso que você mandou agora pra gente,
577 eu vou colocar essa norma aqui no bate-papo e aí eu coloco todas as
578 normas aplicadas para que os Conselheiros tenham as retificações e
579 para que possam buscar essas normas, pode deixar que no bate-papo
580 vou disponibilizar aqui, só pra gente não perder a sequência da
581 apresentação. O quórum de deliberação precisa de maioria simples,
582 então a cada item da pauta que for levado à votação, eu preciso que
583 esse quórum seja estabelecido com maioria simples. Então olha a
584 diferença do quórum de instalação para o quórum de deliberação. A
585 maioria simples não vai analisar os membros, mas na realidade vai
586 analisar os que estão presentes, independentemente se continuam ou
587 não com a mesma quantidade de membros lá no início da instalação
588 da reunião, então maioria simples, sempre dos presentes na reunião
589 durante as votações, independente da manutenção do quórum de
590 instalação. Em sequência a gente trata da ordem dos trabalhos, o
591 Ricardo até no início da apresentação também trouxe todo o
592 detalhamento de como é feita essa reunião, a ordem dos trabalhos, a
593 gente só traz um resumo do que ele já relatou no início da reunião para
594 vocês. A ordem dos trabalhos: inversão e retirada de ponto de pauta;
595 julgamento em bloco; retorno de vistas e diligências; votação de
596 processos de regularização ambiental e inclusão de condicionantes.
597 Atualmente as votações dos processos de auto de infração, então
598 todas essas ordens de trabalho estão estabelecidas também no
599 Regimento Interno, como isso deve ser feito, e sempre sob o ponto do
600 Presidente que estará organizando esses trabalhos. Comparecimento
601 do Conselheiro e ausência. Nós tivemos alguns Conselheiros que
602 estavam ausentes em algumas reuniões ou que faltaram em algumas
603 reuniões consecutivas ou alternadas. O que isso causa? Eu falei aqui
604 no início da relevância dessa participação da sociedade civil e do poder
605 público nas políticas ambientais do estado, que promovem não só
606 proteção ambiental, como também tem esse ponto de contato com
607 economia estadual, esse gerenciamento dos empreendimentos do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

608 estado. Então a ausência do Conselheiro é sentida não só para as
609 questões de votação, ela é sentida como um todo, porque se
610 efetivamente eu não tenho o quórum para instalar uma reunião, não
611 consigo iniciar uma reunião, vai ficar parado até que seja feita uma
612 nova reunião com todos os presentes, então é muito importante o
613 comparecimento do Conselheiro. E esse comparecimento dessas
614 ausências também são regidos pelo próprio Regimento Interno do
615 COPAM. Com relação às ausências, o que a gente precisa pontuar: as
616 reuniões que eventualmente o Conselheiro tiver que se ausentar tem
617 que tomar muito cuidado para que não tenham duas reuniões
618 consecutivas de ausência ou quatro reuniões alternadas. Porque se o
619 Conselheiro, e aí a gente vai tratar tanto do titular quanto do suplente, o
620 órgão não pôde enviar um representante, faltou um membro, se ele
621 faltou por duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas, esse
622 membro ficará suspenso por três meses das reuniões do COPAM.
623 Essa é a primeira penalidade aplicada. Em caso de reincidência nas
624 situações de ausência dos membros desses órgãos ao conselho, é
625 realizado o desligamento do órgão, o que é um prejuízo de toda forma,
626 para a política ambiental do estado e para o andamento desses
627 processos de regularização ambiental. Em caso de reincidência e
628 desligamento desses membros, desse órgão ou dessa entidade, o
629 acento fica vago até que seja convidado um novo membro para poder
630 compor esse acento vago. Então é muito importante que haja esse
631 comparecimento do Conselheiro, essa é a nossa maior
632 conscientização. Se eventualmente ele como titular não pode vir, que o
633 órgão, a entidade, envie um suplente, não deixa de enviar um suplente
634 para que os trabalhos possam correr da melhor forma possível.
635 Lembrando que essa suspensão acaba retirando o direito de voto da
636 entidade dessas reuniões, ok? Presidência é o próximo ponto desse
637 *slide*. Anteriormente, com a própria DN nº 177, que é o atual Regimento
638 Interno, estabelecia que o Presidente tinha direito ao voto comum, que
639 é o voto ordinário nas votações, tanto quanto os Conselheiros detinham
640 essa opção de voto. Só que atualmente, com as regras novas
641 estabelecidas a partir de 2016, o Presidente tem apenas o voto de
642 qualidade, apenas ele vai exercer o direito de voto quando houver uma
643 necessidade de desempate, por exemplo, nas votações. O Presidente
644 não tem mais o direito de voto comum pela legislação atual. Próximo
645 ponto o tempo de manifestação do Conselheiro, outro ponto que
646 também acho muito importante, já que estamos em um conselho e os
647 conselhos têm justamente a missão de possibilitar a participação do
648 maior número de interessados possíveis para definir essas políticas,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

649 então dentro desse tempo de manifestação, cada Conselheiro, cada
650 membro de cada órgão que compõem as URCs têm o prazo de 10
651 minutos em cada item de pauta, então cada um de vocês têm o prazo
652 de 10 minutos em cada item de pauta para realizar as suas
653 considerações, que podem ser pedidos de vistas, vamos falar sobre
654 pedido de vistas posteriormente, pode ser esclarecimento, podem
655 solicitar esclarecimentos da equipe técnica das SUPRAMs, da equipe
656 jurídica, ao Presidente, então as manifestações em cada item de pauta
657 são abertas por 10 minutos, sendo que esse tempo de 10 minutos é
658 prorrogável a critério do Presidente, então ele vai analisar a
659 possibilidade de prorrogação desse prazo de acordo com a matéria em
660 discussão, dependendo da complexidade da matéria envolvida. E aqui
661 nós temos os principais aspectos relacionados às competências do
662 membro do COPAM. Digo que esse *slide* traz tudo que o Conselheiro
663 pode, dentro das normas regimentais, solicitar, requerer dentro do
664 COPAM. Primeiro ponto são as diligências, então as diligências podem
665 ser requeridas pelo Conselheiro, esse é um ato do Conselheiro ao
666 órgão ambiental, através de informações, providências sobre a matéria
667 pautada em discussão. Então se houver um auto de infração, um
668 processo de regularização sendo votado, você pode solicitar
669 esclarecimentos e informações específicas por meio de diligência,
670 sendo que a diligência existe quando não for possível atender a essa
671 providência ou informação em reunião. O processo será baixado em
672 diligência para atender esse requerimento do Conselheiro, buscar
673 essas novas informações para atender o que for necessário aos
674 esclarecimentos que vocês suscitaram. Segundo ponto é a questão de
675 ordem. Sempre que o Conselheiro tiver alguma dúvida sobre as
676 interpretações de regras regimentais durante as reuniões, por exemplo,
677 vocês não se lembram quanto tempo tem para poder se manifestar
678 dentro daquele item de pauta, vocês podem solicitar uma questão de
679 ordem visando esclarecer quanto tempo vocês têm para manifestação.
680 Ou qual o prazo que vocês podem ter para solicitar um pedido de vista,
681 vocês querem entender as regras do regimento durante aquele
682 procedimento que está sendo realizado, então sempre solicitação de
683 questão de ordem. O terceiro ponto é o pedido de vista, que também é
684 algo que pode ser feito e corriqueiramente é feito pelo menos nas
685 reuniões aqui da URC NOR, nós temos alguns pedidos de vista que
686 são realizados quase sempre nos nossos processos aqui pelos
687 Conselheiros, e o que é mais importante dentro do pedido de vista que
688 é uma solicitação, está aí bem explicado o que é no *slide*, a solicitação
689 por membro do COPAM de apreciação de uma matéria da pauta com a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

690 intenção de sanar dúvidas e apresentar uma proposta de decisão
691 alternativa. Então sempre que vocês eventualmente quiserem analisar
692 com mais profundidade o processo administrativo que está na pauta,
693 com mais profundidade aquele item de pauta, vocês podem solicitar o
694 pedido de vista, só que tal qual a diligência, é importante que o pedido
695 de vista seja feito apenas nas situações quando não é possível
696 efetivamente tirar os esclarecimentos dentro daquela reunião, já que
697 durante as URCs, via de regra, estão presentes os técnicos que
698 acompanharam aqueles processos, o corpo jurídico das SUPRAMs que
699 podem eventualmente sanar aquelas dúvidas. Mas mesmo com as
700 dúvidas sanadas, se eventualmente quiserem ainda analisar o
701 processo, levar o processo, apreciar cada um dos documentos que o
702 compõem, vocês podem solicitar esse pedido de vistas, sendo que
703 esse processo é retirado da pauta, ele não é votado naquela reunião,
704 ele apenas será votado, e aí como prioridade, na reunião subsequente,
705 sendo que o pedido de vista uma vez solicitado pelo Conselheiro ele
706 também precisa, quando devolver o processo ao órgão ambiental para
707 que seja apreciado na reunião subsequente, apresentar um relato
708 escrito desse seu pedido de vistas, para que seja dada publicidade
709 inclusive aos demais Conselheiros sobre o seu ponto de vista, então o
710 Conselheiro tem que dar aos Conselheiros a chance de verificar
711 também o que é aquele seu relato, seu relatório, seu parecer a respeito
712 daquele processo. O prazo estabelecido pelo regimento para
713 apresentar esse relato escrito do pedido de vista é de até cinco dias
714 antes da realização da próxima reunião, então o Conselheiro pode
715 analisar o processo e até cinco dias antes da reunião ele disponibiliza
716 esse relato de vista que será publicada para todos os Conselheiros,
717 encaminhado da forma como é estabelecido nos procedimentos da
718 SEMAD atualmente, geralmente fica disponível no site da própria
719 SEMAD para que os Conselheiros tenham acesso via *internet*. Ainda
720 sobre o pedido de vistas, o que é importante esclarecer, e aqui é outro
721 ponto muito importante: o pedido de vistas ele sempre deve ser feito de
722 forma fundamentada, então não pode Conselheiro simplesmente
723 solicitar vistas de um processo porque “ah, não tive tempo de ler”. Os
724 pareceres são disponibilizados com antecedência, dependendo do tipo
725 de reunião, se for ordinária ou extraordinária, obedecendo sempre as
726 regras regimentais, os Conselheiros todos terão os pareceres numa
727 data bem antecedente à reunião, para que possam analisar. Então uma
728 justificativa que não teve tempo de ler o parecer não é uma justificativa
729 fundamentada. Então o que seria uma justificativa fundamentada? “Ah,
730 eu preciso analisar se foram analisadas todas as provas colocadas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

731 pela defesa do processo administrativo, quero ver se existem laudos
732 técnicos a respeito dessa questão específica nesse processo
733 ambiental, quero analisar um inventário florestal que está dentro do
734 processo”. O Conselheiro tem que sempre fundamentar concretamente
735 esse pedido de vistas, e o pedido de vistas então é analisado pelo
736 Presidente e o processo retirado de pauta para atender à solicitação do
737 Conselheiro. Outro ponto: pedido de vistas é feito uma única vez por
738 cada Conselheiro, então o Conselheiro não pode fazer o pedido de
739 vistas em uma reunião, apresentar o relato na reunião seguinte e nessa
740 mesma reunião fazer um outro pedido de vista para que prolate o
741 julgamento do processo para uma terceira reunião, isso não pode ser
742 feito. O pedido de vistas é sempre feito uma única vez por cada
743 membro do conselho, isso é muito importante, regra geral, ok? Existem
744 exceções? Existem. O próprio Regimento Interno estabelece uma
745 exceção, que é a existência de um fato novo. Às vezes durante aquela
746 reunião, após a apresentação do relato escrito pelo Conselheiro, surge
747 um fato novo que ele não evidenciou que estava dentro do processo e
748 que muitas vezes surge na própria reunião, e aí, claro, devidamente
749 comprovado esse fato, o Conselheiro pode solicitar novamente o
750 pedido de vistas para analisar aquele fato novo, mas o fato novo tem
751 que ser comprovado, ok? Então esses são os três primeiros atos que
752 geralmente os Conselheiros utilizam muito nas reuniões do COPAM,
753 diligência, questão de ordem e pedido de vistas, e o quarto ato é a
754 moção, então a moção tem mais um caráter de reivindicação, menção
755 honrosa, é um ato tanto do poder público quanto da sociedade civil,
756 dos membros que representa a sociedade civil. Ela é utilizada, mas não
757 com tanta frequência, mas também é uma possibilidade de os
758 membros estarem solicitando utilizar dentro das reuniões, ok?
759 Regimento Interno, e aqui eu digo que é uma das partes mais
760 importantes da nossa apresentação. Nós temos no ato de posse de
761 vocês, que foi assinado no início dessa reunião, o Ricardo chegou a
762 citar esses dispositivos, Artigos 51, 52, 53, que tratam dos
763 impedimentos, das suspeições que são aplicados aos membros do
764 conselho. Esses impedimentos e suspeições que são aplicadas no
765 conselho têm que ser efetivamente analisadas por cada um de vocês,
766 tanto pelos órgãos e entidades enquanto membros quanto ao próprio
767 indivíduo titular que representa aquele órgão. O Artigo 51 estabelece
768 que o membro do COPAM no exercício de suas funções em qualquer
769 das unidades do conselho é impedido de atuar em processo
770 administrativo, então olha, é impedido de atuar em processo
771 administrativo caso ele tenha interesse direto ou indireto na matéria,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

772 caso tenha vínculo jurídico empregatício ou contratual com pessoal
773 física ou jurídica envolvida na matéria, caso tenha participado ou venha
774 a participar de procedimento como perito, testemunha ou
775 representante, ou cujo cônjuge, companheiro, parente ou afim até o
776 terceiro grau esteja em uma dessas situações e caso esteja em litígio
777 judicial ou administrativo com interessado, seu cônjuge ou
778 companheiro. Caso esteja proibido por lei de fazê-lo. Essas são as
779 situações determinadas pelo Regimento Interno em que o Conselheiro
780 não pode atuar no processo administrativo que está em votação.
781 Sempre que vocês verificarem que se enquadram em uma dessas
782 situações, tanto quanto órgão quanto membro desse conselho, vocês
783 precisam se declarar impedido naquele item de pauta. Não precisa
784 indicar efetivamente porque você está impedido, mas via de regra é
785 importante dizer: “Olha, tenho vínculo jurídico com essa empresa” ou:
786 “Tenho contrato com essa empresa e não posso estar envolvido em
787 processo administrativo que trata dela”. A gente sempre precisa deixar
788 as coisas muito claras por questões éticas para que não venha a viciar
789 o processo de votação daquele item de pauta. Artigo 52 fala da forma
790 como deve ser feita essa indicação de impedimento, então membro do
791 COPAM que incorrer em impedimento deverá comunicar o fato à
792 Secretaria Executiva da estrutura colegiada, abstendo-se de atuar.
793 Então tem que dizer: “Eu me abstenho de votar nesse processo,
794 porque sou impedido nos termos do Artigo 51 do Regimento Interno do
795 COPAM”. E é um dever, sob pena de quê? Olha o Parágrafo Único do
796 Artigo 52: a falta de comunicação do impedimento constitui falta grave,
797 que é passível de sanções disciplinares. Ter muita atenção, porque
798 enquanto membros deste conselho, vocês são equiparadas a servidores
799 públicos, vocês estão servindo a sociedade, e os critérios de votação,
800 as regras regimentais, têm que ser estritamente obedecidas para que
801 não haja nenhuma questão disciplinar a ser analisada posteriormente.
802 Sempre comunicar isso à Secretaria Executiva, e na hora da votação,
803 caso necessário, comunique a sua abstenção de votar ao Presidente
804 da URC imediatamente. O Artigo 53 traz as hipóteses de suspeição. A
805 suspeição tem uma característica de ser algo muito mais pessoal do
806 Conselheiro, do órgão e da entidade representativa. A suspeição é
807 arguida nas seguintes hipóteses: caso haja amizade íntima ou
808 inimizade notória com o interessado ou com seu cônjuge, companheiro,
809 parente ou afim até o terceiro grau. Então sempre é necessário que o
810 Conselheiro tenha amizade íntima com alguém, com aquela pessoa
811 física ou jurídica daquele processo administrativo analisado também se
812 abstenha de votar. Caso ele não se abstenha, essa suspeição pode ser



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

813 arguida por qualquer interessado, e vai ser passada a palavra para o
814 Conselheiro se manifestar a respeito dessa arguição de suspeição na
815 hora da reunião. Uma vez que ele recusa a suspeição, ele diz: “Olha,
816 não sou amigo íntimo da parte”, aí vai ser analisado em objeto de
817 recurso, sem efeito suspensivo, essa arguição de suspeição
818 posteriormente nos termos do regimento. O Artigo 54 traz questões
819 relacionadas ao exercício das funções dos membros do COPAM. As
820 modalidades em que esse exercício é vedado, ou seja, mais uma
821 proibição. O exercício das funções pelos membros do COPAM em
822 qualquer das suas unidades é vedado a pessoas que: prestem serviços
823 de qualquer natureza ou participam direta ou indiretamente de gerência
824 ou administração de empresas que tenham objeto de desenvolvimento
825 de estudos que subsidiem processos de regularização ambiental, bem
826 como os que interfiram em assuntos pertinentes à fiscalização. Caso
827 algum Conselheiro preste serviço de qualquer natureza, vamos supor
828 que exista uma ONG que eventualmente presta serviços de educação
829 ambiental para uma empresa que tenha um processo administrativo
830 que está sendo votado, colocado em discussão naquela pauta da URC,
831 na reunião que estão participando, se você é membro dessa ONG e
832 membro do conselho que presta serviços à essa empresa, não pode
833 votar naquele processo em que a empresa está sendo analisada,
834 porque há essa vedação do Artigo 54. Parágrafo primeiro: não se
835 aplica a vedação a que se refere o *caput* ao funcionário de empresa
836 que não tenha como objeto principal o desenvolvimento de estudos que
837 subsidiem processos de regularização ambiental, bem como os que
838 interfiram em assuntos pertinentes à fiscalização, aplicando sê-lhes os
839 impedimentos a que se refere o Artigo 51. Também deve ser aplicado
840 no presente caso aos impedimentos do Artigo 51, mas há essa
841 salvaguarda, quando o funcionário da empresa e essa empresa não
842 tem como objeto principal o desenvolvimento de estudos que
843 subsidiem processos de regularização ambiental. Parágrafo segundo:
844 essa vedação deverá ser declarada pelo membro que se enquadre
845 nesta condição, então ela deverá ser declarada por vocês enquanto
846 membros do conselho, ou ela poderá também ser suscitada por
847 qualquer interessado naquele processo, haja vista que pode levar
848 também à nulidade do processo administrativo, então essa declaração,
849 essa forma de suscitar pode ser feita inclusive pelo empreendedor,
850 representante, o advogado ali presente ou qualquer outro membro do
851 conselho que tenha ciência dessas vedações do Artigo 54, por isso é
852 sempre importante evitar que seja suscitado, importante que o
853 Conselheiro mesmo se declare, se abstenha de votar naquele item em



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

854 razão da vedação do Artigo 54. Parágrafo terceiro: caso a vedação não
855 seja reconhecida pelo arguido, será instaurado o processo
856 administrativo. Acho que já está chegando ao final, chegou ao final,
857 espero não ter ocupado muito tempo da reunião de vocês, é uma
858 apresentação muito sucinta efetivamente e eu recomendo que vocês
859 se inteirem das normas para que a atuação do conselho ocorra de
860 forma regular e que o andamento das votações, que não haja nenhum
861 problema durante o correr das reuniões. Quanto mais informados
862 estamos, melhor. Muito obrigada a todos.” Presidente Ricardo
863 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Gisele, pela apresentação,
864 importantíssimo no sentido de os senhores ficarem cada vez mais
865 esclarecidos com as obrigações, condutas, vedações presentes no
866 Regimento Interno do COPAM e isso influencia diretamente nas
867 atividades que os senhores Conselheiros desempenham. Eu queria
868 registrar nesse momento a presença do nosso Conselheiro da
869 Associação dos Amigos do Meio Ambiente, ele conseguiu entrar na
870 sala há pouco tempo, então registrar a presença do nosso nobre
871 Conselheiro. Informar também aos senhores nesse período que nós
872 tivemos aqui, a gente foi recebendo informações, a inscrição realizada
873 pelo senhor Alexandre Stelin, que nós não conseguimos fazer a
874 conexão da sala, eu fui informado de que havia sido feita de forma
875 equivocada e ele não queria naquele momento fazer uso da palavra,
876 tá? Nós temos aqui a informação de que existe o pedido para uso da
877 palavra pelo senhor José Augusto Rodrigues Lóis, ainda no item 6 da
878 pauta, eu vou indagar e vou aguardar por um breve momento a entrada
879 do senhor José Augusto Rodrigues para que nós possamos passar ao
880 nosso item seguinte. Geisa, da Secretaria Executiva SEMAD: “Posso
881 fazer uma colocação, por gentileza? Bom dia senhores Conselheiros,
882 bom dia a todos, primeiramente desejar boas-vindas aos senhores,
883 apenas para complementar a apresentação, já foi até informado, a
884 gente vai informar via *chat* também, a circunscrição das URCs não
885 estão mais expostas no Decreto nº 46953, senhores, ela está agora no
886 Decreto nº 47787, que traz a organização da Secretaria, é apenas para
887 complementar e a gente vai colocar, disponibilizar no *chat* para os
888 senhores também. Muito obrigada.” Presidente Ricardo Rodrigues de
889 Carvalho: “Obrigado, Geisa, pelo esclarecimento, a tempo e a hora,
890 muito obrigado pela participação. Eu faço então a indagação nesse
891 momento da inscrição requerida pelo senhor José Augusto Rodrigues,
892 ele está presente na sala? Estou sendo informado pela equipe de
893 assessoria que ele fez a inscrição, mas não está estabelecendo
894 contato conosco. Vou aguardar por mais um momento só. Estou sendo



895 informado que o senhor José Augusto também fez a inscrição, mas não
896 deseja mais fazer o uso da palavra.” **7. PROGRAMA "DIÁLOGOS**
897 **COM O SISEMA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE**
898 **BARRAMENTO: PROCEDIMENTOS E POSSIBILIDADES.**
899 **APRESENTAÇÃO SEMAD. Presidente Ricardo Rodrigues de**
900 **Carvalho:** “Vamos então para o item 7 da nossa pauta: Diálogos com o
901 SISEMA, com o tema regularização ambiental de barramento:
902 procedimentos e possibilidades. Nesse tema agora, mais uma vez, eu
903 quero desejar bom dia a todos, sejam bem-vindos ao Diálogos com o
904 SISEMA 2020, do Noroeste de Minas Gerais, com o tema
905 regularização ambiental de barramento: procedimentos e
906 possibilidades. Este evento tem como objetivo promover o debate
907 sobre temas relevantes ao meio ambiente e ampliar o âmbito de
908 discussão sobre a temática ambiental com setores da sociedade civil.
909 Logo, neste Diálogos com o SISEMA, iremos discutir sobre a
910 regularização ambiental de barramentos, possibilidades e
911 procedimentos, cujo objetivo é promover um debate em função da
912 grande área com irrigação do noroeste mineiro, juntamente com a
913 atividade agrossilvipastoril, cujos reflexos são diretos para a economia
914 regional, sobretudo as das culturas anuais irrigadas. A região possui
915 mais de 19 áreas declaradas pelo IGAM com declaração diária de
916 conflito associada pela grande demanda no tocante ao recurso hídrico.
917 É de conhecimento dos senhores, a gente tem um grande perímetro
918 irrigado no nosso noroeste, juntamente com nosso município vizinho de
919 Cristalina e o Distrito Federal, e por consequência, uma procura dos
920 empreendedores para regularização dessas estruturas e novas
921 intervenções, a regularização das estruturas já realizadas e novas
922 regularizações para construção de barramentos. Por vezes, a única
923 forma de se viabilizar as captações são através da construção dessas
924 estruturas de barragem, que permitem a reservação de água para
925 suprimento das necessidades nos períodos secos. Neste contexto,
926 deve-se levar em consideração a preservação ambiental, a
927 sustentabilidade e as medidas mitigatórias e compensatórias, além das
928 várias medidas de controle que devem permear as autorizações e os
929 licenciamentos dessas estruturas. O meu nome é Ricardo Rodrigues
930 de Carvalho, como Presidente desta mesa também vou mediar as
931 apresentações do Diálogos com o SISEMA. Solicito a todos nossos
932 Conselheiros e aos participantes da sala *Zoom* que mantenham os
933 microfones desligados, ok? As perguntas e respostas serão após as
934 palestras, a gente tem na equipe da Diretoria de Educação Ambiental,
935 o Mequias e a Sophia, que vão colher as perguntas enviadas pelos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

936 senhores e pelo *chat* constante do *YouTube* para que, após proferidas
937 as palestras, a gente possa fazer o bate-papo necessário e que os
938 nossos palestrantes de hoje possam esclarecer as dúvidas
939 eventualmente apresentadas. Os participantes poderão se manifestar
940 colocando suas perguntas no *chat* ao lado da tela, tanto para quem
941 está no canal do *YouTube* quanto para Conselheiros que estão na sala
942 *Zoom*. Para darmos início às atividades, convidamos a
943 Superintendente de Gestão Ambiental da SEMAD, a doutora Fernanda
944 Carla Vasconcellos, representando a Diretoria de Educação Ambiental
945 e Relações Institucionais, e a Subsecretaria de Gestão Ambiental e
946 Saneamento para abertura. A palavra está com a senhora.” Fernanda
947 Carla Vasconcellos, SEMAD: “Bom dia, Ricardo. Bom dia,
948 Conselheiros, é um grande prazer poder trazer um pouquinho de
949 conhecimento das casas do SISEMA numa renomada reunião onde a
950 gente tem por objetivo como educação ambiental trazer um pouco do
951 conhecimento técnico para os diferentes segmentos da nossa
952 sociedade. O Diálogos é um evento promovido pela Diretoria de
953 Educação Ambiental como um instrumento de gestão ambiental. Muitas
954 vezes a gente acha que a educação ambiental é só o lúdico. Educação
955 ambiental precisa ser técnica, precisa ter um ordenamento, precisa
956 respeitar a legislação. O Diálogos ele estrutura uma premissa básica
957 da educação ambiental: falar, fazer ouvir, mas também escutar, por
958 isso é importante as perguntas, por isso também a seleção dos nossos
959 palestrantes. Gostaria de agradecer aqui para que esse evento na
960 modalidade virtual pudesse ocorrer, gostaria muito de agradecer o
961 Superintendente do Noroeste, gostaria de agradecer ao moderador,
962 Ricardo Carvalho, que está nos acolhendo, a equipe da SOC, a
963 ABEMA, a ASCOM, da SEMAD, que sempre estão nos bastidores e
964 nos auxiliem neste processo. Gostaria hoje também, de fazer um
965 agradecimento especial aos nossos palestrantes, que se dispuseram a
966 compartilhar conosco todo o conhecimento técnico que adquiriram ao
967 longo da sua carreira profissional. Gostaria de agradecer ao palestrante
968 Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Diretor da Agência Reguladora
969 de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal e ao
970 professor Fernando Pruski, que hoje está alocado na Universidade
971 Federal do Recôncavo Baiano. Dois palestrantes de peso, com
972 conhecimento na área que estão à disposição e vieram compartilhar
973 conosco o conhecimento. Eu agradeço a participação de todos, a
974 acolhida nesta reunião e retorno a palavra ao Ricardo, muito obrigada.”
975 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, doutora
976 Fernanda, pelas palavras. Neste momento, é indispensável que eu faça



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

977 os devidos agradecimentos à equipe da SOC, chefiada pela Vânia, à
978 equipe da Educação Ambiental, que vou agradecer na pessoa do
979 Ricardo Cottini, que se esforçou arduamente nos últimos tempos da
980 realização deste evento, e não posso deixar também de agradecer à
981 equipe aqui da SUPRAM NOR, ao apoio, ao pessoal do operacional,
982 aos nossos colegas do TI, o Lucélio, o Vitor, o Cleibson, a Divanir, que
983 mesmo de férias veio nos auxiliar, a Renata que está aqui nos
984 acompanhando e dando assessoria jurídica necessária. Agradecer
985 profundamente, dizer ao professor Fernando e o doutor Jorge que é um
986 sinal de prestígio a presença deles aqui, aceitando a compartilhar com
987 a gente o conhecimento, a gente vai ter a oportunidade de beber na
988 fonte aqui, de usufruir de um conhecimento vasto, de um longo período
989 de experiência nessa questão hídrica, que é bastante importante para
990 nós aqui no noroeste. Como já disse no início, a gente tem um grande
991 perímetro irrigado aqui no noroeste, é uma atividade que é quase que
992 uma cultura nossa aqui no noroeste, nós temos uma região com terras
993 férteis, com boa topografia, nós temos uma luminosidade excelente, é
994 uma região bem servida por cursos e mananciais hídricos e nós temos
995 na SUPRAM NOR uma demanda muito grande pela regularização das
996 estruturas construídas anteriormente e até com a questão do uso
997 antrópico consolidado que veio com os códigos florestais federais e
998 estaduais, e a gente tem também demandas diárias para a construção
999 de novas barragens. Essas demandas, esses pedidos de
1000 licenciamento, eles são avaliados aqui levando em consideração a
1001 questão técnica, as questões legais que permeiam a autorização
1002 dessas intervenções para construção de barramentos, nós temos
1003 alguns procedimentos, algumas competências que são partilhadas, no
1004 caso, com o IEF, e nesse momento até acusar a presença do nosso
1005 Gerente de Regularização das Atividades Florestais, da GEFLOR do
1006 IEF, o senhor César Teixeira Donato de Araújo. Obrigado pela
1007 presença e espero que, se houver necessidade, a gente possa contar
1008 também com sua participação e conhecimento. Mais uma vez
1009 destacando a importância deste tema para nós aqui no noroeste, e o
1010 Diálogos com o SISEMA é posto às regionais a possibilidade de
1011 apontar aquela demanda que mais é pontual, aquela questão que é
1012 sempre discutida aqui na região com o setor produtivo, com os atores
1013 que atuam na nossa regional da SUPRAM NOR e não houve dúvida
1014 em relação à indicação desse tema à Diretoria de Educação Ambiental
1015 para que a gente falasse mais um pouco sobre barragem, reservação,
1016 seus impactos e os seus desdobramentos. Eu desejo a todos uma boa
1017 palestra, eu tenho certeza que a gente vai ter aqui uma apresentação



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1018 construtiva com o professor Fernando Pruski e com o doutor Jorge. Eu
1019 vou passar para dar início aos trabalhos, vou passar a palavra ao
1020 Ricardo Cottini, da Diretoria de Educação Ambiental e Relação
1021 Institucional da SEMAD para uma apresentação institucional sobre o
1022 programa Diálogos com o SISEMA. Xará, a palavra é sua.” Ricardo
1023 Henrique Cottini, SEMAD: “Boa tarde para todos, já estamos iniciando
1024 a parte da tarde, é um prazer muito grande estar com todos vocês do
1025 noroeste, prazer rever muitas pessoas que conheço pela tela, e pelos
1026 nomes também estão acompanhando tanto pelo *chat* do *YouTube*
1027 como também da sala *Zoom*. Queria pedir para meu colega Miquéias
1028 colocar a apresentação, por favor. O programa Diálogos com o
1029 SISEMA é um programa para trabalhar a questão da educação
1030 ambiental como toda a sociedade visando mostrar para as pessoas de
1031 cada região a importância em discutir os assuntos, os problemas, as
1032 necessidades, os interesses de cada região. Esse programa foi
1033 instituído em 2017, nós estamos agora já nessa edição de número 22,
1034 e são reuniões públicas as quais nós vamos apresentar os temas
1035 pertinentes da região para que toda sociedade do local possa discutir e
1036 esclarecer dúvidas, e esses temas, como foi mencionado pela nossa
1037 superintendente Fernanda, são temas que nós buscamos informações
1038 técnicas confiáveis para que tenham uma base, sobretudo legal dos
1039 assuntos para as pessoas se inteirarem e participarem nas decisões
1040 ambientais na região onde ela participa e vive seu momento, tanto
1041 como cidadão quanto como pessoa responsável pelo desenvolvimento
1042 local. As reuniões que nós estamos realizando, como essa aqui, ficam
1043 gravadas, estarão disponíveis no *YouTube*, como também as pessoas
1044 depois poderão consultar na página da SEMAD, no ícone que estiver
1045 educação ambiental, gestão ambiental, tem o ícone Diálogos com o
1046 SISEMA. Nessa página dentro da SEMAD estarão disponíveis as
1047 palestras dos eventos. Para esse mês de novembro nós vamos
1048 disponibilizar todas as palestras do mês na semana que vem, vamos
1049 fazer uma reunião de todos os eventos que tivemos esse mês e
1050 semana que vem estaremos publicando no *site* as palestras. O
1051 Diálogos tem como função principal abrir espaço para debater temas
1052 relevantes ao meio ambiente; ampliar a discussão da temática
1053 ambiental com todos os setores da sociedade civil, público acadêmico
1054 e ONGs. Esse item é muito importante a gente salientar a questão do
1055 noroeste pelos movimentos que nós temos, as ONGs que nós temos
1056 no noroeste de importância até estadual, principalmente na cidade de
1057 Paracatu e Unaí. Também o público acadêmico das diversas
1058 instituições de ensino que hoje nós temos no noroeste, que é uma



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1059 questão muito promissora, quem conhece o noroeste sabe dessa
1060 questão, evoluiu muito, é uma questão que vale a pena ressaltar, o que
1061 era o noroeste há 20 anos atrás, 30 anos atrás, e hoje, com tantas
1062 universidades e faculdades para servirem à população. Isso é
1063 importante, eu acho que a gente tem que relevar isso pelo avanço que
1064 a região teve nesse sentido. Garantir a democratização das
1065 informações ambientais e incentivar a participação da sociedade na
1066 preservação do equilíbrio do meio ambiente e na defesa da qualidade
1067 ambiental como exercício de cidadania. Aqui o nosso calendário dos
1068 eventos, nós começamos no mês de outubro com o primeiro evento no
1069 leste, fomos para Zona da Mata, Alto São Francisco, Jequitinhonha,
1070 Triângulo Mineiro e agora estamos no Noroeste. E mês que vem
1071 vamos finalizar com mais três eventos: Sul de Minas, Central
1072 Metropolitana e fechando com Norte de Minas. Ressaltando aqui,
1073 importante salientar que os temas dos Diálogos de todos os eventos
1074 foram uma sugestão das SUPRAMs de acordo com suas necessidades
1075 e peculiaridades, sendo aprovadas pelos nossos dirigentes do
1076 SISEMA. É um evento organizado e realizado a várias mãos,
1077 operacionalizado pelas SUPRAMs e coordenado pela SEMAD por meio
1078 da Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais, com
1079 apoio da ASSOC, ASCOM, ABEMA, palestrantes selecionados pelo
1080 SUPRAM e validados pelos dirigentes, bem como a interlocução com
1081 os órgãos que compõem o SISEMA de acordo com as temáticas que
1082 são tratadas. Aqui, pessoal do *YouTube*, perguntando: “E o
1083 certificado?”. É nesse *link*, já está aberto, estava fechado o *link*, então
1084 vocês poderão entrar neste *link* para poder solicitar o certificado, certo?
1085 Lembrando que ao final das palestras, nós vamos ter uma sessão de
1086 perguntas, então eu vou pedir para vocês esperarem os palestrantes
1087 se pronunciarem e depois se manifestarem, tanto no *chat* do *YouTube*
1088 quanto aos Conselheiros que estão na sala *Zoom*. Manifestarem e
1089 fazerem por escrito as perguntas, principalmente quem está na sala
1090 *Zoom*. As perguntas deverão ser por escrito que nós estaremos
1091 coletando as informações e vamos passar para o moderador para que
1092 a gente faça uma seleção e possamos responder algumas perguntas,
1093 então vamos esperar os palestrantes e depois sim começamos a lançar
1094 as perguntas dos dois *chats*. Eu agradeço a atenção de vocês, que a
1095 gente tenha um evento bem interessante, bem bacana, com a
1096 participação de todos, que todos possam no final participar, expor as
1097 suas questões para perguntas e gostaria de agradecer aqui também os
1098 dois palestrantes que eu mantive contato durante esse período,
1099 durante um mês, tanto com doutor Jorge quanto o professor Fernando,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1100 agradecer vocês pela disponibilidade e atenção em sempre estar nos
1101 atendendo. Muito obrigado.” Presidente Ricardo Rodrigues de
1102 Carvalho: “Muito obrigado, Cottini, obrigado pelas palavras. Sem mais
1103 demora, eu tinha mais alguns itens de esclarecimento sobre a dinâmica
1104 e o processo dos SISEMAs, mas acho que o Cottini já deixou tudo
1105 bastante claro em relação às perguntas, ao certificado, em como fazer,
1106 então vamos em frente e vamos para nossa primeira palestra. Nossa
1107 primeira palestra será ministrada pelo professor doutor Fernando Falco
1108 Pruski. Doutor Fernando é professor da Universidade Federal do
1109 Recôncavo Baiano e Universidade Federal de Viçosa. Professor
1110 Fernando é pesquisador do CNPq, possui graduação em Engenharia
1111 Agrícola pela Universidade Federal de Pelotas, Mestrado em
1112 Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa, Doutorado
1113 em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa e Pós-
1114 Doutorado em conservação de solo e água e hidrologia pela Purdue
1115 University. Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa,
1116 atuando principalmente nas disciplinas de graduação, pós-graduação
1117 de hidrologia, Engenharia de conservação de solo e água e
1118 planejamento e gestão de recursos hídricos. Professor Fernando ainda
1119 atua como consultor científico de diversos órgãos de fomento à
1120 pesquisa e revistas científicas. É professor aposentado pela
1121 Universidade Federal de Viçosa e atualmente ministra suas aulas como
1122 professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Professor
1123 Fernando Pruski, o senhor tem a palavra, muito obrigado mais uma vez
1124 pela presença e estamos aqui acompanhando a palestra.” Fernando
1125 Pruski, UFRB: “Bom dia todos e todas. Em primeiro lugar a palestra
1126 está sendo disponibilizada...” Fernanda Carla Vasconcellos, SEMAD:
1127 “Professor Fernando, as palestras, as reuniões da URC são gravadas e
1128 depois ficam disponibilizadas no YouTube, que o senhor perguntou. E
1129 vai ser transmitido o *Power Point* para o senhor caso o senhor precise.”
1130 Fernando Pruski, UFRB: “Pois é, é o *Power Point* que eu estaria
1131 precisando, porque a apresentação está baseada exatamente no uso.
1132 Perfeito, chegou, obrigado. Então mais uma vez, bom dia, uma boa
1133 tarde a todos, gostaria de registrar minha grande satisfação por estar
1134 aqui presente nesse importante evento relacionado aos Diálogos com o
1135 SISEMA para tratar da questão relacionada à regularização de vazões
1136 e aos barramentos aos quais eles estão associados. Então obrigado
1137 pela confiança que nos depositada pela comissão organizadora do
1138 evento para tratar desse assunto que é muito amplo, sobre o qual
1139 vamos particularizar em relação à alguns aspectos que a gente julga
1140 essenciais dentro dessa análise. A alegria é imensa em contar com a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1141 participação do ex-aluno, hoje colega, diretor, pesquisador da
1142 EMBRAPA, diretor da ADASA, governador do Conselho Mundial da
1143 Água, dentre outras inúmeras atividades que têm sido atribuídas ao
1144 doutor Jorge Werneck pelo seu grande mérito, pela sua grande
1145 iniciativa, enfim, pela sua ampla participação na área de recursos
1146 hídricos onde também ocupou importantes funções na ADASA. E
1147 nesse sentido, nós procuramos direcionar a nossa abordagem a um
1148 dos aspectos que são essenciais dentro da análise correspondente à
1149 regularização de vazões e conseqüentemente dos barramentos a eles
1150 associados, que constitui a regularização de vazões como práticas
1151 para otimizar o planejamento e gestão de recursos hídricos. Como
1152 qualquer assunto que se aborde ou se analise no contexto da nossa
1153 vida, se tem que ter alguns princípios básicos norteadores. E o
1154 princípio básico no qual vai estar suportada essa nossa análise é de
1155 que toda atividade humana gera impacto. Nos diversos segmentos da
1156 nossa vida, do nosso cotidiano, se gera impacto. Na área de recursos
1157 hídricos, um conceito que tem sido muito utilizado para essa
1158 caracterização do impacto é referido à questão da pegada hídrica.
1159 Acho que tem um microfone aberto, se não me engano tem um
1160 microfone aberto. E a pegada hídrica é caracterizada como um volume
1161 de água usado durante, para a produção de um determinado bem ou
1162 realização de um determinado serviço. Ele pode ser aplicado, conforme
1163 acabamos de mencionar, no que diz respeito à produção de um bem, a
1164 realização de um serviço, pode ser aplicado a uma determinada área
1165 de abrangência, seja ela um município, um estado, uma bacia ou um
1166 país, e pode ser aplicado também a um conjunto de pessoas,
1167 população de um país, de uma bacia, ou individualmente a uma
1168 pessoa. E é a essa análise que nós vamos nos ater nesse momento.
1169 Nós temos que a pegada hídrica de uma pessoa é composta
1170 essencialmente pela soma de duas pegadas hídricas ditas direta e
1171 indireta. A pegada hídrica direta está diretamente associado ao
1172 consumo de água utilizado em nível domiciliar, envolvendo, portanto, a
1173 água para dessedentação, para cocção de alimentos, para higiene
1174 pessoal, diluição de efluentes, e que normalmente é tomada por um
1175 valor da ordem de 150 a 200 L/hab/d. E normalmente quando se faz
1176 análises do nosso impacto em relação À demanda de recursos
1177 naturais, mais especificamente a água, as estimativas são feitas com
1178 base nessa ordem de magnitude, de 150 a 200 L/hab/d. Entretanto, se
1179 associarmos a esse valor de uso doméstico a dita pegada hídrica
1180 indireta, que envolve toda aquela água requerida em função de outros
1181 bens, em função de outros recursos necessários para nossa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1182 subsistência, com especial destaque para questão da alimentação,
1183 mas também envolvendo o consumo industriais, ao uso de vestuário,
1184 produção de combustíveis, ela é estimada em um nível mundial na
1185 faixa de 3800 L/hab/. Se tomarmos apenas a média brasileira, temos
1186 um valor da ordem de 5500 L/hab/d. Daí as grandes diferenças entre
1187 aquele valor que normalmente tomamos como base e que recebemos
1188 na nossa propriedade, em nível residencial, de 150 a 200 L/hab/d, para
1189 uma quantidade de água requerida para produção de todos os bens na
1190 ordem de 5500 L/hab/d. Só para termos uma ideia, onde nós temos
1191 aqui que, por exemplo, para produção de um quilo de carne de boi são
1192 requeridos cerca de 15500 litros de água por quilo de carne bovina
1193 produzida. Essa é apenas uma análise preliminar para nós
1194 contextualizarmos a nossa situação, mas esse não é o nosso objeto
1195 focal de tal forma que nós podemos passar em frente. Associando a
1196 essa demanda de água, esse requerimento de água que cada um de
1197 nós tem, a alta taxa de crescimento populacional evidenciada nos
1198 últimos anos, sobretudo nos últimos 80, 100 anos, e projetada para um
1199 futuro próximo, fica evidente a necessidade do aumento de uso de
1200 alguns insumos, dentre os quais a água, e há o aumento da produção
1201 de alimentos. Projeções da UNESCO, de 2015, existem projeções mais
1202 recentes, contam que a garantia da segurança alimentar constitui um
1203 grande desafio para atender à necessidade do aumento da produção
1204 de alimentos, estimado em 60% até 2050. Como consequência, nós
1205 teremos a necessidade de uso mais intensivo das fronteiras agrícolas
1206 hoje já utilizadas, ou a ampliação de novas fronteiras agrícolas. Ambas
1207 alternativas apresentam também a ela associadas alguns riscos.
1208 Dentre os inúmeros riscos existentes, existe o risco do aumento do
1209 processo erosivo, existe o risco de assoreamento e poluição dos
1210 reservatórios e a tão falada escassez hídrica. Esses são alguns dos
1211 riscos decorrentes justamente desse aumento da intensificação do uso
1212 da água para atender as demandas pela produção de alimentos. Neste
1213 contexto, a gente vislumbra irrigação como uma prática tecnológica
1214 para atender o aumento da produção de alimentos em função das
1215 informações que já são do conhecimento, mas ressaltadas na literatura
1216 já há muito tempo, inclusive em um relatório da ONU. Esse relatório da
1217 ONU, já de mais 10 anos atrás, mostra que 275 milhões de hectares
1218 irrigados, correspondentes a cerca de 20% das terras cultivadas,
1219 garantiam 40% da produção agrícola mundial. E esse é um princípio
1220 que a gente defende de uma forma muito enfática, a irrigação constitui
1221 na prática tecnológica que, aí muito destaque a essa expressão:
1222 quando bem usada, permite o maior aumento de produtividade com o



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1223 menor impacto ambiental. Reitero: quando bem usada. O que constitui,
1224 a que se refere esse quando bem usada? Se refere ao fato da
1225 adequação do uso da água pela irrigação não estar condicionada
1226 apenas ao aumento da eficiência do sistema de irrigação em um nível
1227 de propriedade, não constitui somente em aumentar-se a eficiência de
1228 um sistema de irrigação de 80% para 85% ou 90%, temática que é
1229 muito discutida na atualidade, mas sobretudo, ao uso da irrigação, ao
1230 uso deste segmento usuário correspondente a irrigação em locais que
1231 a disponibilidade é suficiente para suprir a demanda. O que acontece?
1232 Desde a minha época de graduação, que lá se vão longos anos, muito
1233 se fala nas questões relacionadas à quando e quanto irrigar. Aspectos
1234 muito importantes e que estão diretamente relacionados ao clima, ao
1235 solo, à cultura, mas precisa se ampliar essa discussão à questão
1236 relacionada ao onde. E esse onde, para se responder a essa questão
1237 do onde, há necessidade de se poder justamente disponibilizar uma
1238 análise conjunta entre disponibilidades e demandas. Entramos na
1239 questão da escassez hídrica. O que vem a ser a escassez hídrica? Ela
1240 é caracterizada por situações em que a disponibilidade é insuficiente
1241 para atender as demandas e manter as condições ambientais
1242 necessárias. Então eu tenho diversos exemplos em que eu tinha uma
1243 situação confortável em relação à disponibilidade de água e seu
1244 balanço em relação às demandas, mas que pela progressão das
1245 demandas ou eventuais reduções da disponibilidade, essa situação
1246 sofreu uma reversão. Os exemplos são inúmeros, mas o tempo é
1247 insuficiente para citá-los. De tal forma que para uma devida
1248 caracterização da existência da escassez, é essencial a análise
1249 conjugada das disponibilidades e sua avaliação em conjunto com as
1250 demandas. E nesse sentido, é importante diferenciar dois tipos de
1251 disponibilidade: a disponibilidade dita natural, que gera condições
1252 correspondentes à gestão ao fio d'água e que é avaliada pelas vazões
1253 mínimas, e a disponibilidade potencial, que apresenta como valor
1254 limite, que é representada pela vazão média, de longa duração, e que,
1255 portanto, está, em geral, associadas às condições de regularização.
1256 Nossa temática de reservatórios e regularização, já vamos chegar a
1257 essa temática, mas, conforme mencionado, o que nós precisamos? De
1258 uma análise simultânea de disponibilidades e demandas. De uma
1259 avaliação das condições a fio d'água e das condições com
1260 regularização. No que tange à questão da disponibilidade a fio d'água,
1261 é muito importante a gente considerar à questão relacionada à
1262 sazonalidade de vazões que apresentam uma grande potencialidade
1263 no contexto do planejamento e gestão de recursos hídricos, e é aí



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1264 também importante dizer que em condições que eu não tenha uma
1265 grande variação das vazões ao longo do tempo, também representam
1266 condições em que o uso da regularização de vazões apresentam um
1267 potencial muito mais limitado. Nós temos um exemplo correspondente
1268 à Fazenda Limoeiro, na Bacia do Paracatu, onde temos a identificação
1269 pela linha horizontal da Q7,10 anual, e pelas barras verticais as Q7,10
1270 mensais. Então o que pode se observar nessa figura? Uma grande
1271 variação das disponibilidades hídricas sazonais ao longo da Bacia do
1272 Paracatu. Muitos céticos, muitas pessoas diriam: “Mas o aumento da
1273 disponibilidade é justamente naqueles meses que mais chovem”. E aí a
1274 argumentação vem no *slide* subsequente. Esse *slide* subsequente
1275 relacionado às diferenças entre os períodos de menor disponibilidade e
1276 maior demanda pela irrigação, ele mostra pela linha vermelha os
1277 aumentos de disponibilidade existentes quando da substituição do
1278 critério da vazão mínima, da Q7,10 mínima anual pela Q7,10 mínima
1279 mensal. E a linha azul representa a precipitação média em uma
1280 estação situada dentro dessa área de drenagem correspondente à
1281 Fazenda Limoeiro. O que nós pudemos observar com muita clareza?
1282 Em alguns meses, como por exemplo abril, maio, junho, julho, nós
1283 temos uma grande demanda de água pela irrigação, decorrente
1284 exatamente do fato de que em função das baixas precipitações, nós
1285 vamos ter um grande *déficit* de água, ou seja, uma grande quantidade
1286 de água a ser aplicada pela irrigação. Em contraposição, temos
1287 aumentos de disponibilidade hídrica representadas pelo uso do critério
1288 sazonal em meses como abril de mais de 200%, em meses como maio
1289 de mais de 150%. Em contrapartida, os meses com menor aumento
1290 nessa disponibilidade hídrica, como por exemplo outubro e novembro,
1291 são meses em que a demanda de água pela irrigação, em nível de
1292 propriedade, já sofre uma redução em função do início da precipitação
1293 que, contudo, ainda não chegou a garantir o reumidecimento da zona
1294 aerada do solo e recarga do lençol freático para o aumento das vazões
1295 mínimas. Só essa discussão já tomaria realmente um tempo muito
1296 vasto que nós não temos aqui, mas estamos à disposição para
1297 qualquer outro tipo de discussão. Seguindo, nós entramos com os
1298 reservatórios de regularização, e os reservatórios de regularização,
1299 assim como aquele princípio básico que foi colocado anteriormente,
1300 eles também causam impacto, assim como causa impacto a nossa
1301 forma de viver, a urbanização, a industrialização, a agricultura e a
1302 irrigação, os reservatórios também causam impactos. Então algumas
1303 etapas são essenciais no sentido da busca do uso correto desses
1304 reservatórios de regularização em situações em que eles realmente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1305 são necessários. Fica uma mensagem: qualquer tipo de generalização
1306 de que reservatórios de regularização são a solução para todas as
1307 situações ou não devem ser utilizados em nenhuma situação, é uma
1308 generalização totalmente inoportuna. Ela deve avaliar um conjunto de
1309 fatores. Qual é a recomendação de uso desses reservatórios de
1310 regularização? Em condições em que a gestão a fio d'água, incluindo
1311 as alternativas como a consideração das disponibilidades sazonais, é
1312 insuficiente para atender as demandas. Em primeiro lugar, é importante
1313 se avaliar se em condições a fio d'água, flexibilizando disponibilidades
1314 ao longo do tempo, se teria condições de atender as demandas. Lógico
1315 que, como nós vamos ver na frente, essa é uma solução que se
1316 apresenta como uma alternativa viável em casos mais brandos de
1317 disponibilidade. Uma questão, um conceito fundamental que a gente vê
1318 em muitas discussões: um reservatório de regularização não produz
1319 água. Um reservatório de regularização não é um gerador de água,
1320 pelo contrário, se a gente for analisar no contexto do volume total
1321 potencial de ser utilizado em função do aumento da superfície
1322 evaporante decorrente do espelho de água formado pelo reservatório,
1323 ele tende até a diminuir a vazão média de regularização. Um
1324 reservatório de regularização permite uma redistribuição temporal da
1325 disponibilidade de água, que esteja mais afeta às necessidades do
1326 setor demandante. Então essa questão é muito importante, reservatório
1327 de regularização não aumenta o volume de água produzido, ele
1328 permite, como o nome fala, uma distribuição mais planejada no que diz
1329 respeito à questão da água. Como colocado anteriormente, como
1330 colocado como princípio básico, logicamente que os reservatórios de
1331 regularização não são diferentes das outras atividades. São associados
1332 inúmeros impactos. Nós aqui colocamos alguns dos impactos mais
1333 frequentemente citados e não vamos entrar no mérito dessas
1334 discussões, mas também, em contrapartida, geram benefícios, também
1335 tem, associado a eles, benefícios. O que eu diria como principal
1336 benefício associado ao uso dos reservatórios de regularização é o
1337 aumento da disponibilidade de água permissível para outorga. Nós
1338 temos aqui que a vazão disponível para outorga numa sessão i , num
1339 momento t , então a vazão disponível para outorga nessa sessão vai
1340 representar um percentual da vazão de referência utilizada, menos o
1341 somatório das vazões já outorgadas a montante. Essa é uma equação
1342 genérica que caracteriza as condições de disponibilidade de água para
1343 fins de concessão de outorga. Aí está o grande benefício advindo dos
1344 reservatórios de regularização, porque enquanto nas condições ditas a
1345 fio d'água, de gestão a fio d'água, a vazão permissível, a vazão de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1346 referência utilizada para fins de concessão de outorga e a vazão
1347 mínima para as condições com regularização é a vazão média. Então
1348 nós temos uma migração da vazão de referência nas condições a fio
1349 d'água da vazão mínima para as condições de regularização com a
1350 vazão média, e vamos ver a implicação dessa diferença no âmbito da
1351 Bacia do Entre Ribeiros, que está situada na região noroeste. Nós
1352 temos que para a bacia do Entre Ribeiros, estão aqui representadas as
1353 variações espaciais da relação da vazão média de longo termo e a
1354 Q7,10. As vazões mínimas de longo termo representam magnitudes
1355 que vão de 8,3 a 9 vezes a vazão mínima utilizada como base de
1356 referência para concessão de outorga. Se isso não fosse suficiente, se
1357 esse aumento da disponibilidade potencial de água não fosse suficiente
1358 para justificar um melhor aproveitamento econômico, social, para
1359 desenvolvimento regional do uso da água, eu diria que pelos critérios
1360 que são utilizados pelo órgão gestor de recursos hídricos no Estado de
1361 Minas Gerais, o que passa a acontecer é que o volume de água
1362 permissível para outorga em condições com regularização é de cerca
1363 de 16 a 17 vezes maior do que o volume de água permissível para
1364 concessão de outorga em condições a fio d'água. Lógico que esses
1365 dados estão sendo citados para a Bacia do Entre Ribeiros, para as
1366 condições do Paracatu, em outras bacias essas variações, em funções
1367 dos critérios de outorga utilizados, essas variações vão encontrar
1368 magnitudes diferentes, normalmente menores do que essa de ordem
1369 de grandeza que eu passei para vocês de tal modo que eu não
1370 recomendo essa generalização. Vejam bem, um reservatório de
1371 regularização causa impactos? Sim. Benefícios? Sim. Qual principal
1372 benefício que nós temos? O grande aumento da disponibilidade
1373 potencial de uso da água para desenvolvimento econômico, social e
1374 regional, mas diversos cuidados devem ser tomados na avaliação, na
1375 análise da necessidade do reservatório e no correto dimensionamento
1376 desses reservatórios de regularização. Um aspecto muito importante a
1377 ser considerado é a correspondente ao volume de reservatório x a
1378 relação da vazão regularizada sobre a vazão média. O que a gente
1379 observa? Que o volume do reservatório cresce de uma forma muito
1380 acentuada, de uma forma praticamente exponencial, à medida que a
1381 relação entre vazão regularizada e vazão média vai se aproximando da
1382 unidade. De tal forma que regularizar vazões muito próximas da vazão
1383 máxima potencial, máxima teórica de regularização, que seria a vazão
1384 média de longa duração, e a gente tem estudos para a Bacia do
1385 Paracatu, em função de questões relacionadas à própria evaporação
1386 na superfície livre do reservatório, não é recomendável se buscar



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1387 regularização de relações de vazão regularizada sobre vazão média
1388 superiores a 0,7 implica em um grande volume de água de
1389 armazenamento e conseqüente aumento de área inundada, aumento
1390 do custo de construção do reservatório de regularização, ou seja, um
1391 dimensionamento correto pode minimizar muitos efeitos advindos
1392 dessa construção ou maximizar a relação entre benefícios e custos.
1393 Alternativas para minimizar o impacto da construção dos reservatórios:
1394 nós viemos trabalhando ao longo de mais de 10 anos no nosso grupo
1395 de pesquisa, maior parte dos estudos estão disponibilizados na forma
1396 de trabalhos publicados, de dissertações, teses, alguns até já quase
1397 disponibilizados na forma de *softwares*, justamente voltados para essas
1398 alternativas, para minimização do impacto da construção de
1399 reservatórios, porque acho que a gente fica nesse contexto da
1400 generalização: “É importante construir reservatório ou não é
1401 importante?”. É uma discussão que deve ser provida de uma
1402 argumentação e de uma análise particular. Em algumas sessões, a
1403 construção do reservatório vai ser a melhor solução, em outras
1404 situações provavelmente eu nem precise usar o reservatório de
1405 regularização ou um reservatório de menores dimensões atenderia
1406 perfeitamente as demandas, causando menor tipo de impacto. Nós
1407 temos aqui justamente esse aspecto que nós colocamos, que o grande
1408 desafio consiste na correta avaliação da necessidade e adequado
1409 dimensionamento dos reservatórios de regularização, e para tanto, no
1410 que diz respeito ao dimensionamento adequado dos reservatórios,
1411 temos buscado metodologias para o aprimoramento do processo de
1412 dimensionamento e da própria operação dos reservatórios de
1413 regularização. De que forma? Pelo desenvolvimento de metodologias,
1414 a maior parte das metodologias usadas para dimensionamentos
1415 reservatórios advém da hidrologia clássica de dimensionamento de
1416 grandes obras hidráulicas, de tal forma que se tem dificuldade de
1417 dimensionamento de reservatórios em sessões em que não se dispõe
1418 das séries fluviométricas de vazões nas sessões de interesse, o que,
1419 cá pra nós, é a maior parte das situações. Quase que a generalização
1420 das situações correspondentes aos reservatórios com finalidade do
1421 suprimento de água para irrigação, além do fato de que essas
1422 metodologias de dimensionamento elas normalmente não consideram
1423 as variações sazonais para essas condições. Isso tem sido feito, em
1424 geral, por intermédio da análise integrada com estudos de
1425 regionalização que tem sido uma área a qual nós temos nos dedicado
1426 há mais de 15 anos. Alguns exemplos dessas práticas que estão sendo
1427 utilizadas, logicamente que só a título de exemplificação, nós



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1428 precisaríamos entrar em um detalhamento muito maior, mas para tanto
1429 tem se utilizado a criação de séries sintéticas ditas temporais. Séries
1430 espaciais, justamente para gerar os hidrogramas de escoamento,
1431 recurso essencial para o projeto de um reservatório de regularização
1432 em sessões onde se pretende construir os reservatórios de
1433 regularização, e pelo aprimoramento do processo de consideração da
1434 evaporação do reservatório, além da análise das condições e do tempo
1435 de enchimento do reservatório. Como última observação dentro dessas
1436 metodologias, a necessidade da consideração das diferenças
1437 expressivas nas condições de dimensionamento entre os reservatórios
1438 *in stream* e *off stream*. Reservatórios convencionais, normalmente
1439 utilizados, associados à hidrografia, e os *off stream*, mais comumente
1440 caracterizados como piscinões. Essas diferenças precisam ser
1441 consideradas no dimensionamento, mas em função de que já estão
1442 associadas às próprias diferenças conceituais relacionadas à sua
1443 forma de operação. Enquanto os reservatórios *in stream*, associados à
1444 hidrografia, devem ser dimensionados considerando a disponibilidade
1445 potencial, portanto, associado à vazão média, a parcelas da vazão
1446 média. Os reservatórios *off stream*, eles devem ser considerados de
1447 acordo com a disponibilidade natural. Portanto, é um tema muito vasto,
1448 muito amplo, que a gente procurou trazer alguns aspectos que possam
1449 nos permitir a busca por caminhos que evitem a generalização e
1450 deixamos aqui como recomendações ou considerações finais alguns
1451 aspectos que foram mencionados na apresentação, mas a gente
1452 gostaria de dar um maior destaque. A necessidade preliminar quando
1453 do projeto de um reservatório de regularização. A necessidade de
1454 análise preliminar conjunta das disponibilidades e demandas hídricas;
1455 diferenças expressivas existentes no tratamento de duas situações: a
1456 fio d'água e com regularização; a importância da correta avaliação da
1457 necessidade e do adequado dimensionamento dos reservatórios e de
1458 regularização, a adequada capacidade desses reservatórios; e as
1459 diferenças expressivas que devem ser consideradas no
1460 dimensionamento e nas condições de operação *in stream* e *off stream*.
1461 Eu agradeço a oportunidade de falar sobre um assunto tão importante,
1462 tão abrangente, nós procuramos sintetizar em um tempo de 30
1463 minutos, peço desculpas por ter excedido um pouco esse tempo, mas é
1464 uma temática muito ampla, muito importante e que, sem dúvida
1465 nenhuma, o correto uso dos reservatórios sem esses pragmatismos e
1466 essas contraposições trará grandes benefícios. Está aí meu *e-mail* para
1467 contato e na sequência está apresentado o endereço do nosso *site*,
1468 onde a gente disponibiliza alguns vídeos, uma série de informações



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1469 relacionadas ao nosso trabalho. Muito obrigado mais uma vez e
1470 desculpe ter excedido o tempo estabelecido.” Presidente Ricardo
1471 Rodrigues de Carvalho: “Nós agradecemos sua apresentação,
1472 professor Fernando Pruski, muito obrigado. Vamos agora para a
1473 próxima palestra, nós vamos passar a palavra agora ao ilustríssimo
1474 doutor Jorge Enoch Furquim Werneck Lima. Doutor Jorge é Diretor da
1475 Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do
1476 Distrito Federal, a ADASA-DF. É Engenheiro Agrícola pela
1477 Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Irrigação e Agroambientais
1478 pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Brasília, Doutor em
1479 Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pelo Departamento de
1480 Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília, pesquisador
1481 em Hidrologia da EMBRAPA Cerrados, consultor da Organização
1482 Mundial de Meteorologia, lotado na Superintendência de Estudos e
1483 Informações Hidrológicas da ANEEL. Presidente do Comitê de Bacias
1484 do CBH Paranoá, Diretor de Coordenação Técnica da Associação
1485 Brasileira de Recursos Hídricos, Vice-Presidente da Associação
1486 Brasileira de Recursos Hídricos e membro da *International Steering*
1487 *Committee* e Vice-Presidente da Comissão Temática do 8º Fórum
1488 Mundial da Água. Autor de mais de 200 publicações, participação em
1489 mais de 20 projetos de pesquisa como coordenador ou membro da
1490 equipe. Editor Associado de duas revistas científicas, a Revista
1491 Brasileira de Recursos Hídricos. Doutor Jorge, a palavra é com o
1492 senhor.” Jorge Werneck, ADASA-DF: “Bom, muito obrigado, muito
1493 obrigado ao Ricardo Presidente e o Ricardo que nos procurou para que
1494 a gente pudesse estar aqui nesse dia. Para mim é sempre uma honra
1495 participar de eventos em Minas Gerais, eu que sou um Furquim
1496 Werneck, e quem é de BH deve conhecer alguma coisa relacionada
1497 aos Furquim Werneck, e quem não é de BH pelo menos já ouviu falar
1498 de Hugo Werneck, que tem um prêmio grande em Minas Gerais, que
1499 era irmão do meu avô, apesar de eu ser carioca e estar em Brasília
1500 hoje. E outra honra é participar do evento com meu professor Pruski,
1501 nos conhecemos há pelo menos 25 anos nessa estrada sobre recursos
1502 hídricos e com quem vocês puderam ver, eu tive a oportunidade de
1503 aprender muito para chegar até aqui. A minha palestra vai ser, a gente
1504 combinou até antes do Pruski falar, um pouco mais da parte técnica e
1505 eu entrar um pouco mais nas questões de outorga e licenciamento.
1506 Talvez fosse melhor até uma pessoa da área do direito para falar sobre
1507 o tema, porque tem muita legislação, eu gosto de apresentação cheia
1508 de figura e com equação, como o Pruski apresentou, mas nós
1509 precisamos falar também das leis. Eu já começo trazendo na



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1510 apresentação, e eu acho que meu tempo é bom que eu seja bem breve
1511 porque nós estamos já passando da hora do almoço, então começo
1512 ressaltando essa questão da regularização ambiental de barramentos:
1513 procedimentos e possibilidades. Quase toda reunião que eu tenho
1514 participado sobre esses temas, eu tenho levantado o seguinte: nós
1515 temos a discussão de recursos hídricos, se é meio ambiente ou se não
1516 é meio ambiente, porque nós temos leis diferentes, temos lei ambiental,
1517 leis de recursos hídricos, lei de saneamento, lei de uso e ocupação do
1518 solo, e todas elas são diferentes, são independentes, têm sistemas
1519 independentes na maioria das vezes, com uma grande necessidade de
1520 articulação, por isso que eu acho que é um primeiro conceito
1521 importante de se ter na cabeça, apesar de em Minas Gerais vocês
1522 terem algo bastante integrado, nem sempre é assim e eu vou avançar
1523 dentro do caso obviamente do Distrito Federal para que vocês
1524 entendam o que é feito aqui, façam um paralelismo com o que
1525 acontece Minas Gerais para que a gente possa efetuar um bom debate
1526 depois. Vou falar basicamente de licenciamento, outorga e segurança
1527 de barragens. Lembrando esse homenzinho que está aí do lado, que é
1528 o empreendedor, o irrigante, ou o cara da mineração, quem quer que
1529 seja, que está aí com o relóginho correndo ao lado dele e buscando
1530 uma resposta do estado para saber se pode ou não continuar com seu
1531 licenciamento. Em relação à nossa resolução da ADASA, que
1532 estabelece os procedimentos gerais para requerimento e obtenção de
1533 registro e outorga para implementação e regularização de barragens
1534 em corpos de água de domínio do Distrito Federal e em outros
1535 delegados pela União. E no caso do Distrito Federal, nós temos a
1536 delegação da Agência Nacional de Águas para outorgar em rios,
1537 mesmo em rios federais aqui dentro do Distrito Federal, em função de
1538 toda a estrutura que a gente tem na ADASA, que é o órgão gestor de
1539 recursos hídricos, para cumprir tal missão. A gente está no processo de
1540 estudar, inclusive, o repasse da própria fiscalização, mas eu não quero
1541 fiscalizar as grandes barragens, nós temos três grandes barragens
1542 aqui, ou barragens maiores, duas delas estão sob a carga da ANA de
1543 fiscalização e uma sob carga da ANEEL, que é para geração de
1544 energia elétrica, justamente a do lado Paranoá. Esta Resolução tem o
1545 objetivo de regular os procedimentos gerais, diretrizes e critérios para
1546 requerimento e obtenção de registro, outorga prévia e outorga de
1547 direito de uso de recursos hídricos para implantação e regularização de
1548 barragens, levando-se em consideração as estruturas hidráulicas, os
1549 reservatórios e as áreas das bacias contribuintes dos barramentos. O
1550 que é outorga, o que é outorga prévia, salvo engano aí em Minas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1551 Gerais vocês chamam de outorga preventiva, acho que é mais ou
1552 menos no mesmo rumo. Antes da pessoa iniciar todo o processo, ela
1553 pergunta se terá água disponível para o empreendimento futuro. Eu
1554 queria registrar que, inclusive, quando a gente dá uma outorga prévia,
1555 isso já entra dentro do nosso cadastro, eu vou mostrar no finalzinho
1556 isso, no nosso cadastro, e essa água fica por um período específico
1557 estabelecido na norma, meio que reservado para esse
1558 empreendimento. Outra coisa que a gente teve de definir de maneira
1559 muito clara é quem é o empreendedor. Nós aqui no Distrito Federal
1560 temos em torno de 300 barragens, todas elas muito pequenas,
1561 lembrando que o Distrito Federal está numa região de nascentes, a
1562 gente verte para o São Francisco, junta com vocês pela Bacia do Rio
1563 Preto, mas também vertemos água no quadrado para a Bacia do
1564 Tocantins e para a Bacia do Paraná, que é a grande Bacia do Prata,
1565 então estamos em uma região de nascente, nossos rios são muito
1566 pequenos, a gente basicamente só tem córregos, então é uma situação
1567 muito difícil. Os próprios barramentos podem, de fato, barrar
1568 facilmente, às vezes com um saco de cimento ou saco de areia você
1569 consegue barrar um rio aqui no Distrito Federal. Só voltando no
1570 empreendedor, a gente teve que definir isso muito claramente, por que
1571 quem é responsável pela barragem? Quem vai pedir a outorga? Tem
1572 barragens que foram construídas há 30, 40 anos, quem é o dono
1573 disso? Então a gente precisou dar o endereçamento e dizer quem faz
1574 uso, ou quem está dentro da área, dizendo quem é o empreendedor de
1575 fato, de quem a gente vai cobrar esse tipo de ação. Se não tiver
1576 empreendedor, a barragem corre o risco, inclusive, de ser desfeita.
1577 Lembrando que as barragens não são muito grandes, são pequenas.
1578 Para os usos de águas superficiais, ainda dentro da legislação de
1579 outorgas, ficam estabelecidos, para o somatório das vazões a serem
1580 outorgadas em um mesmo curso de água, os seguintes limites
1581 máximos: até 80% das vazões regularizadas, dos lagos naturais ou de
1582 barramentos implantados em mananciais perenes. Lembrando que o
1583 máximo regularizável ou potencial, como já disse o Pruski, é a média. E
1584 as nossas médias aqui são pequenas, então no que pese a fala do
1585 Pruski, vou me referir muito a ela, para juntar a legislação com a parte
1586 técnica, no que pese a gente poder chegar até a média, a média aqui é
1587 pequena, porque os rios são pequenos, então mesmo que
1588 percentualmente eu tenha um grande aumento em relação à vazão
1589 passível de outorga, quando você vai, em termos absolutos, essa
1590 vazão não é tão grande assim, então tem que ser muito pensado
1591 também quando você concede uma outorga para barramento aqui



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1592 dentro do Distrito Federal. E nos casos onde você tem abastecimento
1593 urbano, você pode aumentar o tal do limite de 80% para 90% da vazão
1594 de referência, e nos casos do inciso II, que é até 80%, a vazão
1595 remanescente será definida no despacho de outorga, nunca podendo
1596 ser inferior aos 20% das vazões regularizadas. Uma coisa casa com a
1597 outra, mas é importante ter em mente esse conceito de vazão
1598 remanescente, eu não posso barrar o rio inteiro. Sempre lembrando,
1599 também, um conceito também que tem sempre alguém rio abaixo,
1600 então por menor que seja o rio ou a captação, você pode estar
1601 indisponibilizando água para quem está abaixo. A regra de operação é
1602 outra coisa importante dentro dos reservatórios, e a gente adota uma
1603 prática aqui, obviamente não em todos os reservatórios, só nesses
1604 reservatórios maiores, uma regra de operação muito clara para os
1605 nossos reservatórios. Essa curva que vocês estão vendo aí, a gente
1606 começou a fazer no período de crise hídrica, e isso aí, essa curva que
1607 vocês estão vendo, mostra qual o nível, é uma referência de nível
1608 mínimo do reservatório, não significa exatamente o nível mínimo. Se o
1609 dado observado bater nessa curva não é para todo mundo entrar em
1610 desespero, é só para dizer que o órgão gestor está de olho e que pode
1611 a qualquer momento acontecer algum tipo de restrição ao uso da água.
1612 Pode acontecer, não quer dizer que vai. É uma curva de referência
1613 para apoio à gestão de recursos hídricos. A gente usa nos nossos
1614 principais reservatórios de abastecimento, a gente tem um sistema de
1615 acompanhamento também, nossos sistema de informação de recursos
1616 hídricos, que apresenta esses dados diariamente, qual o nível do
1617 reservatório, qual seu volume útil no dia de hoje, então vocês estão
1618 vendo um exemplo da tabela aí embaixo. Se vocês entrarem no site da
1619 ADASA, no sistema de informações, vocês terão acesso a isso em
1620 tempo real. A gente apresenta aqui como é que é o planejado x o
1621 observado, e vejam que teve um 5.3, chegou a 5.3 esse nível mínimo.
1622 Tem uma linha laranja que é a linha de referência, e o azul é o
1623 observado. Quando a gente faz essas curvas e divulga essas curvas?
1624 Sempre no final do período chuvoso, o regime aqui é igual ao de vocês,
1625 nós estamos todos no mesmo balaio em termos climáticos, em termos
1626 de produção hídrica também sempre muito próximo, mas com uma alta
1627 variabilidade de bacia para bacia, mas vejam que a gente tem uma
1628 ferramenta de gestão importante para esses nossos reservatórios.
1629 Vejam o reservatório do descoberto, que é o nosso principal
1630 reservatório de abastecimento, como ele não é grande, esse é o
1631 tamanho ele, está na tela, na imagem, e isso é noticiado na mídia,
1632 acompanhado na mídia, isso tem um papel de educação ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1633 muito importante. A sociedade do Distrito Federal passou a se importar
1634 depois da crise hídrica com quanto de água tem disponível, se está
1635 tudo bem, se está tudo mal, e isso foi pra mídia, está todo dia no jornal:
1636 de manhã, de tarde e de noite dizendo como estão os níveis do
1637 reservatório e como estão em relação às previsões ou à curva de
1638 referência elaborada pela ADASA. Pela ADASA, mas não sozinha pela
1639 ADASA, isso é discutido, tem comitês específicos para discutir isso
1640 entre os principais usuários e sociedade civil também para definição
1641 dessas curvas de referência. Em termos de outorga, a gente tem as
1642 micro barragens, que são só de registro, as pequenas barragens, as
1643 médias e as grandes, que são de outorga prévia e outorga de direito de
1644 uso. Precisa de laudo técnico, e ainda tem o plano de segurança de
1645 barragem, quem faz isso é a ADASA, então vai dentro da outorga
1646 diante de uma resolução bem recente que a gente publicou
1647 acompanhando a política nacional de segurança de barragens. Em
1648 relação à segurança de barragem, temos uma Resolução que
1649 regulamenta com base na Lei Federal, na política federal, tentando
1650 adaptar isso à realidade do Distrito Federal. É uma lei que, para nós
1651 aqui, tem uma baixíssima aplicabilidade, porque as barragens são
1652 pequenas, porque elas não se enquadram, em geral, a gente tem uma
1653 ou duas que se enquadram, das que estão na carga da ADASA, tirando
1654 as duas que estão na carga da ANA e a que está na carga da ANEEL.
1655 Então ela regulamenta todas essas necessidades do plano de
1656 segurança de barragem, das inspeções, da revisão periódica do plano,
1657 do plano de emergência e tudo mais. O que traz a Resolução, fala
1658 sobre o sistema de classificação, essa classificação de categoria de
1659 risco e dano potencial das barragens, traz a matriz, como isso é feito, o
1660 próprio plano, o que tem que contar, qual prazo. Mesma coisa para as
1661 inspeções, inspeção de segurança regular e especiais, revisão
1662 periódica das seguranças de barragem, quer dizer, quando ela se
1663 enquadra aí, a encrenca é grande, porque precisa realmente de uma
1664 empresa, praticamente, para fazer todos esses procedimentos. Nós
1665 temos, ainda, o licenciamento, que eu posso dizer que nos 20 anos que
1666 eu tenho tatuado no sistema de gerenciamento de recursos hídricos do
1667 Distrito Federal, novos barramentos eu não lembro de um que tenha
1668 sido aprovado pelo sistema de licenciamento. Por vezes, a gente até
1669 concede uma outorga prévia, algo do tipo, mas não avança, e cai toda
1670 vez nessas discussões, utilidade pública, interesse social e baixo
1671 impacto ambiental. Mais uma vez lembrando que nossos rios são
1672 pequenos, estamos em região de nascente, tem sempre alguém na
1673 área abaixo, o preço da terra aqui no DF é altíssimo, mas cai nessa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1674 discussão, aquela discussão de sempre: irrigação, produção de
1675 alimento, é utilidade pública? Vai ter gente que vai dizer que sim, vai ter
1676 gente que vai dizer que não. Acho que nem compensa muito a gente
1677 levantar essa discussão aqui, porque vai falar: “Ah, mas é pra uma
1678 pessoa, um usuário, um produtor”. Nós já tivemos um projeto aqui
1679 dentro da Bacia do Rio Preto, não sei se alguém acompanhou isso por
1680 aí, de 27 barragens na Bacia do Rio Preto dentro do Distrito Federal. É
1681 um projeto que depois teve problema de corrupção e tal, e foi morto,
1682 mas também era um projeto em que não tinha uma análise
1683 benefício/custo de cada um dos empreendimentos, não tinha um
1684 estudo hidrológico aprofundado de cada um dos empreendimentos,
1685 então a coisa ainda fica mais complicada, mas é só para dizer que tem
1686 sido difícil conseguir a licença ambiental para barramentos aqui no DF.
1687 O que a gente tem feito mais é, de fato, regularizar, tentar regularizar
1688 os barramentos já existentes. Essa articulação entre outorga e
1689 licenciamento, que também é um pouco diferente do que acontece aí,
1690 vocês têm um processo quase que conjunto, aqui não. Cada um cuida
1691 do seu e a gente tem uma regrinha para saber como acontece entre a
1692 ADASA e o IBRAM, então eu traduzi isso que está dito no texto. É isso,
1693 para ter a licença prévia, antes precisa ter a outorga prévia, mesma
1694 coisa para licença de instalação. Nos casos em que a instalação
1695 implica em alguma alteração significativa no corpo hídrico, você precisa
1696 ter a outorga de direito de uso para ter a licença de instalação. E para
1697 ter a licença de operação, só depois que tiver as duas outorgas. Aqui
1698 funciona assim, a ADASA cuida da outorga e o IBRAM, que é o órgão
1699 gestor de meio ambiente, cuida das licenças. E aí vem aquela
1700 pergunta: o quanto isso tem prejudicado o setor? Esse processo todo.
1701 E vejam só, esse é o avanço da área irrigada no Distrito Federal só por
1702 pivô central. A cor ela diz em que ano que entrou em funcionamento,
1703 foi um trabalho que a gente fez ainda na EMBRAPA. Aquela é a curva
1704 de crescimento da área irrigada e do número de pivôs, e esse
1705 representa um crescimento de 5,8% a.a. Quem dera nossa economia
1706 crescesse a 5,8% a.a. É um crescimento muito grande, nós temos uma
1707 concentração de área irrigada enorme, em uma área que vocês estão
1708 vendo as nascentes dos rios, e vocês conhecem o tamanho do DF. E
1709 isso não é um fenômeno que acontece só no DF. E aí trago de novo o
1710 *slide* do Pruski falando quanto irrigar, quando irrigar, que é uma
1711 discussão antiga que a gente vem fazendo há 50 anos, estudando isso
1712 nos estudos de irrigação, mas o onde irrigar é importante, e aí você
1713 tem um *zoom* da nossa região, e esse é um mapa que a gente fez na
1714 EMBRAPA em 2007, com base em 2002, com a área irrigada por pivô-



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1715 central em todo o cerrado, vejam ali os números, e esse foi o avanço
1716 em 10 anos, que é o mesmo mapa em 2013, e essa área em vermelho
1717 é onde aumentou a área irrigada por pivô-central, e vejam que nossa
1718 região se destaca, o noroeste de Minas e nós no Distrito Federal, esse
1719 bolinho que tem aí no meio é uma loucura para todos nós em termos
1720 de gestão de recursos hídricos, e é impressionante como a irrigação
1721 chama mais irrigação. Aqui no DF, também naqueles gráficos, e eu já
1722 tenho o dado mais atual até para inserir naquele gráfico, os pivôs estão
1723 diminuindo de área, mas o pessoal está tentando colocar o pivô em
1724 tudo quanto é lugar onde consegue colocar. Ou pivô ou outro método
1725 de irrigação. A média do cerrado é de 5,2% a.a. de crescimento da
1726 área irrigada, só por pivô-central, sem falar das outras. Isso aqui é o
1727 mapa de outorgas e registros nossos aqui no DF, tudo que a gente tem
1728 cadastrado nas nossas bases de dados. Não sei se vocês estão
1729 conseguindo ver, os triângulos são as barragens com outorga, então
1730 das 300 barragens que temos, muitas delas são micro, são pequenas,
1731 e a gente está vindo regularizando das maiores para as menores, ou
1732 das com maior risco de acontecer alguma coisa para as menores.
1733 Esses triângulos são as barragens, temos a outorga de 103 barragens,
1734 e estamos caminhando para buscar essas outras também para colocar
1735 todo mundo dentro do sistema. Nós já desconsideramos as nossas
1736 análises, mas elas não estão ainda com sua regularização feita por
1737 completo, e uma das dificuldades é aquela história do empreendedor,
1738 dizer para o cara que essa barragem é sua, então você precisa fazer
1739 esse tipo de coisa, essa é uma das dificuldades. Só para vocês terem
1740 uma ideia, essas são só as outorgas e registros para irrigação dentro
1741 do Distrito Federal, e a gente tem 9444 outorgas e registros e isso há
1742 três, quatro meses atrás, isso a gente costuma atualizar de três em três
1743 meses. Esse é nosso mapa de outorga e registros, e do total nós temos
1744 46% para irrigação. Lembrando que no DF nós já temos em 50, 60
1745 anos de existência, 3 milhões de pessoas, o que representa um
1746 crescimento anual de 50 mil pessoas por ano, só para vocês terem
1747 uma ideia de qual o nosso cenário, já trazido de forma mais teórica na
1748 apresentação do Pruski. E nós também temos um mapa
1749 atualizadíssimo da área irrigada não só por pivô-central, mas por outros
1750 métodos no DF, e pasmem: no Distrito Federal estamos com 34 mil
1751 hectares irrigados. A gente antes de fazer esse mapa, o número que a
1752 gente usava era 25 mil, 15 mil de irrigação por pivô-central, que essa a
1753 gente conhece bem há muito tempo, que era fácil de mapear e um
1754 monte de gente andou mapeando, inclusive eu, mas aí a gente colocou
1755 pessoas para trabalharem também com as outras áreas irrigadas,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1756 então hoje nós temos esse mapa de áreas irrigadas do Distrito Federal.
1757 Nós também temos, até comentei com o Ricardo ontem, nós também
1758 temos o mapeamento das áreas irrigadas nas casas aqui do DF, e
1759 também pasmem: mais de dois mil hectares irrigados de jardim dentro
1760 do Distrito Federal, só que eu não coloquei nesse mapa para não dar
1761 muita confusão, porque depois nós vamos ver de que forma nós vamos
1762 atacar esse uso dentro da área urbana, porque há, com certeza, poços
1763 irregulares, coisas do gênero que mantém isso, porque pagar água
1764 tratada para fazer esse tipo de uso realmente fica caro. A gente checou
1765 o mapa de irrigação com o cadastro de outorga, e hoje nós temos um
1766 mapa de áreas outorgadas e áreas ainda não outorgadas no Distrito
1767 Federal. A notícia que é razoável é que a gente tem em torno de 77%,
1768 78% da área irrigada está outorgada. Por pivô-central é quase 100%,
1769 mas essas outras áreas menores nós vamos atrás, só não fomos ainda
1770 porque esse mapa ficou pronto durante a pandemia, mas hoje a gente
1771 tem esse mapa com endereço, telefone, contato, tudo mais, de cada
1772 uma das propriedades que estão fazendo uso irregular da água. Me
1773 pediram para falar um pouquinho disso, essas bacias em vermelho são
1774 bacias com conflito aqui no DF, e essas com voltinhas amarelas são as
1775 bacias em que a gente já faz a alocação negociada de água. A gente
1776 tem Resolução para tratar da alocação negociada. O que a gente faz,
1777 essa linha vermelha é a linha de vazão que a gente pode outorgar, a
1778 vazão outorgável. A linha azul, como o Pruski chegou a comentar, é a
1779 demanda de água dentro da bacia. Tem lugar que elas estão muito
1780 próximas, e quando vem um ano muito seco, a vazão outorgável cai
1781 demais e nós temos que arrumar isso, arrumar a demanda diante da
1782 oferta e isso a gente tem feito com muito êxito, com uma grande
1783 participação também da EMATER e os próprios produtores têm pedido
1784 isso pra gente, a cultura vai se modificando com o tempo e vem sendo
1785 importante. Claro que alguns vem perdendo dinheiro, alguns têm que
1786 modificar a cultura, tem acontecido esse tipo de prejuízo, mas é algo
1787 que a gente está buscando cada vez mais um planejamento anterior,
1788 assim que termina a chuva a gente já começa a lançar mão dessas
1789 iniciativas. A participação tem sido muito grande, isso são produtores
1790 com a gente, em discussão, e um dos casos que acho que vocês estão
1791 implementando ou já tem implementado em algum canto do noroeste
1792 mineiro mesmo, os sistemas de monitoramento via satélite, então nós
1793 já temos dentro da Bacia do Rio Preto um sistema com 70 pivôs que
1794 são monitorados em tempo real. Inicialmente era uma demanda de
1795 segurança para saber se estava tendo roubos dos painéis, mas depois
1796 isso acabou virando uma baita de uma ferramenta de gestão de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1797 recursos hídricos e os conflitos foram minimizados ao extremo. Nós
1798 temos os 70 pivôs monitorados dentro da Bacia do Rio Preto. Esses
1799 dados ficam disponíveis tanto para os produtores quanto para a gente,
1800 em tempo real no aplicativo. A gente está evoluindo para marcos
1801 regulatórios em que, assim que termina o período chuvoso, a gente
1802 estabelece se faltar água como vai ser essa falta d'água, que aí os
1803 produtores podem se planejar também e a gente também fica com uma
1804 ferramenta, como a gente também faz a regulação do setor de
1805 saneamento, a gente também fica com uma ferramenta importante na
1806 mão para cobrar da CAESB medidas para aumentar a oferta de água
1807 na região. Nós também lançamos mão, depois da crise, de uma
1808 Resolução que eu acho que vocês têm em Minas Gerais também, aí
1809 em Minas eu acho que o limite para cobrança de um sistema de
1810 monitoramento das vazões captadas eu acho que é 10L/s e aqui são
1811 5L/s. A gente fez toda uma análise, de todas as nossas outorgas,
1812 buscando uma otimização de recurso. Com esse valor a gente cobre
1813 até 80% das vazões outorgadas, e pega menos de 20% dos usuários.
1814 A gente está transformando isso, numa parceria com ANA, em
1815 aplicativos para que a gente possa receber esses dados no nosso
1816 banco de dados e gerar um sistema inteligente de gestão. A gente
1817 podia resolver parte dessa demanda com barragens? Poderia. Existe a
1818 demanda? Existe. Os produtores querem? Querem. Cada um quer o
1819 seu barramento, e isso não vai dar certo, como o Pruski já falou. Eu
1820 que trabalhei na ANEEL, é um estudo amplo, de bacia hidrográfica,
1821 onde você tem que avaliar realmente quem são os beneficiários, e
1822 quando você fizer esse estudo mais amplo, você pode identificar
1823 pontos que consigam vencer essas limitações ambientais que pedem
1824 uma importância social e econômica desse tipo de empreendimento, e
1825 com isso a gente consegue vencer algumas barreiras. A gente está
1826 tentando fazer um projeto piloto de barramento aqui dentro do DF,
1827 acompanhado de cabo a rabo, mas ainda está no campo da ideia, e já
1828 faz um tempo que está no campo da ideia, porque tem algumas
1829 barreiras que a gente ainda não conseguiu vencer. Dizendo que toda
1830 experiência de gestão do DF, toda, não, toda a que foi vivenciada
1831 durante a crise hídrica, porque depois da crise hídrica, a crise hídrica
1832 nos deixou um legado muito grande, e com isso a gente conseguiu
1833 avançar demais na gestão dos recursos hídricos aqui no DF, mas aí
1834 mostra 21 estratégias utilizadas para gestão dos recursos hídricos,
1835 entre elas a parte de infraestrutura também. E é isso, a gente fica à
1836 disposição para os questionamentos, para as perguntas naquilo que
1837 nos couber, e mais uma vez agradeço demais à vocês pelo convite, é



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1838 sempre uma honra participar, e a tarde estarei participando também de
1839 outro evento que envolve Minas Gerais, que é numa aula que vai ter
1840 num curso que está sendo feito pela ANA e pela UNESCO para o
1841 Comitê da Bacia do Rio Doce, então a tarde estarei falando muito mais
1842 de gestão de recursos hídricos e gestão de conflitos do que
1843 especificamente de barramentos, mas é isso, gente. Obrigado.”
1844 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, doutor Jorge.
1845 Nós agradecemos a sua apresentação, e eu queria antes de mais nada
1846 registrar a presença aqui na nossa sala do Diretor-Geral do IGAM,
1847 doutor Marcelo da Fonseca, do Diretor de Planejamento do IGAM,
1848 Gérson Araújo Filho, e mais uma vez registrar também o nosso colega
1849 representante do IEF, o Diretor César Araújo. Acho que nós podemos
1850 nesses últimos instantes acompanhar os esclarecimentos tanto do
1851 professor Pruski quanto do doutor Jorge, em Brasília, que fez um
1852 paralelo com a realidade do DF que está aqui, é nosso vizinho aqui na
1853 nossa região. Professor Fernando fez uma explanação bastante
1854 criteriosa, esclarecedora a respeito dos benefícios, dos barramentos e
1855 de como eles devem ser tratados em função das medidas que
1856 precisam ser implementadas junto com a autorização dessas
1857 estruturas, sejam de recursos hídricos ou de flora, com a presença de
1858 medidas compensatórias, medidas mitigadoras, enfim, acho que
1859 permeia e passa por aquilo que a gente busca dentro de um órgão
1860 ambiental, que é a preservação do meio ambiente com
1861 desenvolvimento sustentável. Muito obrigado, mais uma vez, ao doutor
1862 Jorge, ao professor Fernando Pruski. Nós vamos passar agora ao
1863 momento de perguntas e debate sobre o tema, e lembramos mais uma
1864 vez que as perguntas poderão ser feitas diretamente no *chat* que se
1865 encontra na lateral da página para aqueles que estão assistindo pelo
1866 *YouTube*, e os participantes da sala do *Zoom* farão diretamente no *chat*
1867 da sala. Lembrando também, mais uma vez, que aqueles que desejam
1868 certificados, a gente solicita que respondam o formulário cujo *link* está
1869 logo abaixo da tela no *YouTube*. Vou solicitar ao Bruno aqui nesse
1870 momento para inserir na tela o *link* para os certificados. Estou sendo
1871 informado que o *link* já está inserido. Me chegou aqui, até o presente
1872 momento, duas perguntas, endereçadas ao professor Pruski. Uma vem
1873 de Ana Paula Melo: “Professor Pruski, no monitoramento, a vazão
1874 média da sessão i já não é a menor devido aos usos a montante? E
1875 dela, deduzindo as outorgadas, não há possibilidade de dedução de
1876 duas vezes?” Essa é a pergunta direcionada ao professor Pruski.”
1877 Fernando Pruski, UFRB: “Em primeiro lugar, muito importante a
1878 pergunta, e realmente, dentro da hidrologia, a gente trabalha com



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1879 cenários, isso fica bem claro, de cenários observados no passado para
1880 predição, para projeções futuras. Então existe uma série de testes que
1881 são feitos relacionados à estacionariedade das séries, aspectos que
1882 são muito importantes de serem considerados. Agora, quando se está
1883 falando do monitoramento, é importante, quando a gente monitora
1884 alguma coisa, a gente tem que monitorar com base em uma
1885 determinada referência. Eu vou monitorar o meu tempo de
1886 deslocamento de um local ao outro com base em uma referência
1887 anterior. Então, para que se proceda o monitoramento, se tem que ter
1888 exatamente essa referência, e essa referência é que vem de estudos
1889 prévios de regionalização de vazões. Por que eu falo de regionalização
1890 de vazões? Porque o puro e simples conhecimento das vazões
1891 naqueles locais onde são feitas as medições, torna restrito, torna
1892 inexecutável o desenvolvimento de um plano de gestão de recursos
1893 hídricos. Veja bem, quando eu estiver fazendo o monitoramento dos
1894 recursos hídricos, eu devo estar comparando esses valores com uma
1895 base de referência estimada previamente para as vazões mínimas,
1896 vamos nos ater mais aqui às vazões mínimas e médias, para verificar
1897 se as condições que estão sendo monitoradas estão em conformidade
1898 com aquelas vazões previamente estabelecidas. Se eu tenho, por
1899 exemplo, esse estudo de quantificação da Q7,10 ao longo de toda a
1900 hidrografia, qual é o valor que iria me indicar uma não conformidade
1901 quando da realização do monitoramento? Uma condição em que eu
1902 tivesse, na hidrografia, uma vazão medida, uma vazão monitorada,
1903 inferior ao 70% da Q7,10, porque o que acontece, que fique bem clara:
1904 a vazão remanescente deve ser representada por uma retirada que
1905 não comprometa uma vazão residual correspondente aos 50% da
1906 Q7,10. Nesse caso não seria computado duas vezes, poderia até
1907 ocorrer esse risco se, no estudo de regionalização de vazões, não
1908 tivesse esse tipo de cuidado de fazer essa aferição, mas não no
1909 monitoramento.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok,
1910 professor Fernando, chegou aqui para mim mais duas perguntas, uma
1911 ainda direcionada ao senhor, ao Fernando, e uma outra direcionada ao
1912 doutor Jorge. Eu vou passar agora a pergunta ainda com o professor
1913 Fernando, é uma pergunta que vem de Marcos Guimarães, pastor
1914 Marcos Guimarães, provavelmente ele é de Paracatu, e ele indaga o
1915 seguinte: “Professor Fernando Pruski, na sua visão, em relação ao
1916 município de Paracatu, qual seria a melhor solução para resolver a falta
1917 de água? A COPASA deveria construir um piscinão ou um barramento
1918 de regularização?” Eu não sei se o senhor sabe, eu vou me permitir
1919 informar, realmente o nosso município aqui do noroeste de Minas,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1920 Paracatu, passou, sobretudo no ano de 2015, 2016, foi um ano de
1921 chuvas bastante escassas aqui na nossa região e a concessionária de
1922 água teve problema realmente para fornecimento, e aí surgem as
1923 ideias e as possibilidades para resolução do programa, então o nosso
1924 telespectador aqui, pastor Marcos Guimarães, pergunta ao senhor qual
1925 seria a melhor solução: fazemos um piscinão ou fazemos um
1926 barramento de regularização lá?” Fernando Pruski, UFRB: “Eu
1927 agradeço imensamente essa pergunta do pastor Marcos, porque ela é
1928 um indicativo do que a gente procurou discutir, apresentar e deixar
1929 como mensagem ao longo de toda a apresentação. Não existe uma
1930 solução pré-estabelecida em função de um conhecimento maior das
1931 condições locais. É como uma pessoa dizer: “Não, eu estou com uma
1932 forte dor de cabeça, persistente, já começou a disseminar para outras
1933 regiões, e agora, o que eu faço, eu tomo uma Aspirina ou vou no
1934 médico para fazer um exame mais detalhado?” Então o que acontece,
1935 isso é válido para todas as áreas de conhecimento. A rigor, se precisa
1936 ter essas informações, e que informações são essas, são as
1937 informações relacionadas à variação das vazões ao longo do tempo,
1938 representadas pelo hidrograma, se precisa ter a frequência de
1939 ocorrência desse tipo de evento, se precisa ter as demandas
1940 existentes, e aí que eu quero esclarecer: as diferenças são muito
1941 grandes entre os piscinões e os barramentos propriamente ditos.
1942 Porque no piscinão, o próprio critério para concessão de outorga está
1943 baseado na vazão mínima. O piscinão sem a flexibilização do critério
1944 anual para o sazonal, o potencial de uso do piscinão é inexpressivo,
1945 sobretudo para segmentos como o de abastecimento humano em que
1946 eu não tenha muita variação sazonal das vazões. Para esses
1947 segmentos em que a demanda também é mais ou menos contínua ao
1948 longo do tempo, e o uso do critério é da vazão mínima anual, a
1949 potencialidade de uso dos piscinões, atendendo à legislação, é mínima.
1950 Quando se trabalha com o critério sazonal, em relação às vazões a
1951 serem outorgadas, e também se tem essa variação sazonal na questão
1952 do segmento usuário, mais especificamente a irrigação, eu aumento
1953 muito, mas a vazão que pode ser concedida para outorga vai ser a
1954 Q7,10, ou seja, 50% da Q7,10 do mês, menos a vazão remanescente,
1955 então eu só tenho esse adicional que é atribuído, mas a minha gestão
1956 vai ser a fio d’água, as minhas condições serão à fio d’água, sem
1957 nenhum tipo de barramento. Qual é a grande vantagem? Vou causar
1958 menos intervenção na hidrografia. Agora, quando eu utilizo um
1959 barramento dentro do contexto mais conhecido, mais convencional, ou
1960 seja, um barramento in stream, a minha potencialidade de aumento da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1961 disponibilidade hídrica cresce bastante. O meu potencial de
1962 aproveitamento de volume de água aumenta bastante, mas aqueles
1963 impactos advindos das interferências diretas na hidrografia também
1964 crescem. Então tudo vai depender da proporção do déficit existente.
1965 Essa análise é imprescindível para uma resposta mais consistente em
1966 relação à melhor solução, são os nossos exames, é o nosso
1967 conhecimento de causa para procurar dar o medicamento correto.”
1968 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Eu vi ali, o doutor Jorge
1969 levantou a mão, fique à vontade, Jorge.” Jorge Werneck, ADASA-DF:
1970 “Só complementando, porque isso tudo nos remete à análise de risco,
1971 porque dependendo de qual uso tem um determinado risco. Lembrando
1972 que a outorga sempre tem risco, porque a gente trabalha com dado
1973 estatístico, então ela não é feita para ser atendida 100%, e tem outra
1974 discussão que a gente está fazendo muito, em nível nacional,
1975 internacional, se fala muito em resiliência, mas muitas vezes as
1976 pessoas não discutem tão bem qual o preço da resiliência, e
1977 obviamente isso volta para a análise de risco: qual risco estou disposto
1978 a correr, e qual preço estou disposto a pagar para ter riscos mais perto
1979 de zero, porque risco zero não vai existir nunca, então traz algumas
1980 reflexões super importantes, e como bem disse o Pruski, cada caso é
1981 um caso, cada situação, cada trecho de rio, cada usuário, então essa
1982 que é a beleza do nosso trabalho, ficar gerando metodologia e técnicas
1983 para que a gente possa minimizar o risco a um preço justo.” Fernando
1984 Pruski, UFRB: “É importante, Jorge, em hidrologia não se tem certeza,
1985 se tem menores níveis de risco, se trabalha com maiores níveis de
1986 probabilidade, menores níveis de risco, mas certeza a gente não tem
1987 na hidrologia.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado,
1988 doutor Jorge, pelo complementando à resposta da pergunta de Marcos
1989 Guimarães, e agora chegou aqui para mim duas perguntas dirigidas ao
1990 senhor, doutor Jorge, eu vou me permitir fazê-las junto que o senhor
1991 pode desenvolver da forma que fica mais adequada. Uma pergunta
1992 vem do Antônio Pessoa, ele diz que não entendeu bem quanto à
1993 cobrança da taxa de uso de água, é uma questão nova que vem,
1994 inclusive, está se discutindo em Minas Gerais como é que isso será
1995 procedimentado, então é relativa à cobrança da taxa de uso da água. E
1996 a Maria Divina Graça Fonseca, doutor Jorge, ela faz uma indagação
1997 com relação à receptividade dos usuários quanto ao monitoramento
1998 telemétrico.” Jorge Werneck, ADASA-DF: “Não, beleza, a primeira
1999 pergunta eu não sei se entendi muito bem, porque quando falei de
2000 preço aqui, falei de gente que estava utilizando água da CAESB, que é
2001 água tratada, e água cara, para irrigar ou para encher piscina. E por



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2002 isso, muitas vezes, as pessoas, gente é um bicho complicado, às vezes
2003 fura um poço sem a devida, porque onde tem abastecimento da
2004 CAESB também há uma proibição de utilização de outras fontes, a não
2005 ser que tenha algumas condicionantes, como uma área muito grande,
2006 aí se autoriza a perfuração de um poço, alguma coisa do gênero, então
2007 é isso. Em relação à cobrança da água, em Minas vocês estão, acho,
2008 mais avançados que a gente, o nosso está no conselho de recursos
2009 hídricos e nós vamos passar a cobrar provavelmente daqui um ano, um
2010 ano e pouco, está previsto inclusive na nossa pró-gestão lá com a
2011 ANA, então já foi submetido, já foi aprovado o mecanismo e o valor, só
2012 falta a gente passar agora passar para implementação. Já é feito nos
2013 rios federais, nós somos grandes parceiros de Minas nas discussões
2014 de São Marcos, estamos agora com um marco regulatório que está em
2015 audiência pública, tem no Paranaíba grandes parceiros, estamos
2016 sempre juntos lá no comitê do Paranaíba, então essa questão de
2017 cobrança é por aí. Então eu não sei se respondi à pergunta. E o
2018 segundo, foi muito bom ter me perguntado isso, porque a iniciativa veio
2019 dos produtores rurais, os produtores rurais que fizeram o sistema de
2020 monitoramento por satélite, porque a gente já vinha avançando com a
2021 locação negociada, mas às vezes um queria saber se o outro estava
2022 respeitando, e isso criou um ambiente que é até emocionante para
2023 quem trabalha com gestão de recursos hídricos contar essa história,
2024 porque hoje, como cada um tem uma rede dentro do próprio aplicativo
2025 e uma lista de *WhatsApp*, eles se comunicam, então se hoje é meu dia
2026 de irrigar e quebrou meu pivô, tombou, tem algum problema, eu preciso
2027 fazer alguma manutenção, eu coloco lá na lista: “Alguém pode trocar
2028 comigo hoje?” porque aí o cara irriga, mas eles começaram a fazer
2029 uma coisa que alguns não gostam muito do termo, até porque existe
2030 um órgão gestor de recursos hídricos, mas eu não vejo problema
2031 nenhum nele, que é uma auto-gestão, então a gente da ADASA
2032 acompanha tudo, tudo é homologado junto à ADASA, como órgão
2033 gestor, e a gente monitora a régua na ponta em tempo real, então se
2034 eles estiverem respeitando as vazões mínimas que têm que ser
2035 respeitadas, e eles fazem esse tipo de combinação entre eles, não tem
2036 problema nenhuma. Acabaram os conflitos, acabaram as reclamações,
2037 cada um sabe o que o vizinho está fazendo, e são 70 pivôs, mais ou
2038 menos 40 usuários, e por um preço razoável, eles pagam acho que R\$
2039 2.500,00 para implementar em cada ponto e gastam R\$ 500,00 mais
2040 ou menos de manutenção do sistema, do *software* e tudo mais, por
2041 mês, por ponto. É um custo que a gente está falando de pivô central,
2042 está falando de um investimento alto e que gera renda, se não fosse



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2043 bom não crescia naquelas taxas que mostrei inicialmente. Só pivô, sem
2044 falar nas outras, então realmente é uma experiência a ser replicada e
2045 eu acho que é o futuro, e com base nessa experiência, nós fizemos
2046 nossa resolução do monitoramento, a gente não está exigindo
2047 telemetria, pode ser que em alguns casos maiores a gente exija, mas a
2048 gente não está exigindo telemetria, mas é isso, tendo bom
2049 monitoramento, nós temos aqui no DF a rede mais densa do Brasil,
2050 com certeza, nós temos um número de instalações grandes para o
2051 nosso território, é grande o número de estação, então a densidade de
2052 estação, monitoramento, a gente monitora toda esse território de UH,
2053 que é nossa unidade hidrográfica de gestão, e um detalhe: a gente
2054 conhece todo mundo, a gente conhece tudo, porque é pequeno. O DF
2055 realmente a gente quer, a gente trabalha, para que seja modelo e ajude
2056 outros também a implementar isso, obviamente onde é necessário.
2057 Tem lugar que não adianta, montar comitê de bacia onde não tem
2058 conflito, por exemplo, não adianta. Então é por aí, é isso. Presidente
2059 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok, doutor Jorge, muito obrigado. De
2060 fato, é interessante quando a iniciativa privada toma as rédeas da
2061 gestão e vê isso como uma coisa positiva até para crescimento e
2062 garantia e sustentabilidade da atividade deles próprios, afinal de contas
2063 eles são os usuários, obrigado pela explanação.” Jorge Werneck,
2064 ADASA-DF: “Eu me lembro, Ricardo, só um comentário rápido, quando
2065 a gente começou a discutir cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio
2066 Preto. O pessoal queria bater na gente, a minha sorte é que sou
2067 grande, então menos, mas era complicado, e hoje em dia os
2068 produtores querem, a gente conseguiu fazer um trabalho até em
2069 conjunto com o CBH Paranaíba muito importante de tubulação de um
2070 grande canal de irrigação que nós temos aqui no DF que competia com
2071 água para abastecimento de 250 mil pessoas, e aí quando você vê o
2072 sistema funcionando, faltam argumentos de quem é contra, mas a
2073 gente, nós, inclusive, temos que fazer com que o sistema funcione e
2074 funcione adequadamente. Pagamento pelo uso da água, plano de
2075 bacia, é recurso retornando para a bacia para ações que melhorem a
2076 vida de quem está pagando. Às vezes não vai ser o meu caso, mas vai
2077 ser o caso que para a bacia vai gerar um benefício grande para mais
2078 pessoas, é um sistema condominial, então é muito bacana esses
2079 depoimentos e iniciativas, realmente nos empolgam, nós que estamos
2080 há tanto tempo nesse sistema.” Presidente Ricardo Rodrigues de
2081 Carvalho: “É verdade, a gente tem alguns exemplos aqui também, de
2082 fato quando a coisa chega nesse nível de gestão compartilhada que
2083 você consegue visualizar isso, realmente é incrível. Eu vou passar a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2084 palavra ao nosso Diretor-Geral do Instituto de Gestão de Águas,
2085 Marcelo da Fonseca, para fazer o uso da palavra. Marcelo, a palavra
2086 está com você.” Marcelo Fonseca, IGAM: “Boa tarde a todos, estava
2087 aqui acompanhando nos bastidores as excelentes palestras do
2088 professor Pruski e do Jorge, colega da ADASA. Gostaria de agradecer
2089 imensamente a dedicação e o tempo que dedicou para fazer essa
2090 explanação para nós. Excelentes reflexões, acho que são questões
2091 importantíssimas que nós precisamos incorporar na gestão das águas
2092 de Minas. Não sei te falar exatamente qual a média de audiência
2093 desses eventos, mas tenho observado que durante todo o evento só no
2094 *YouTube* a gente está com mais de 60 pessoas acompanhando essa
2095 discussão, mostrando a relevância do tema para a região, então mais
2096 uma vez agradecer a disponibilidade de vocês e colocar a gente aqui, o
2097 IGAM, a disposição de toda a sociedade do noroeste, onde a gente já
2098 tem um trabalho muito próximo com a Associação de Irrigantes, vi no
2099 *chat* alguns comentários, algumas pessoas conhecidas que já militam
2100 nessa questão de reservação de água, e o estado está se organizando,
2101 o IGAM, o IEF, a SEAPA e outros atores para desenvolver uma política
2102 de reservação de água em Minas Gerais para superar alguns dos
2103 desafios que nós temos aqui para essa efetiva implementação, e é
2104 sempre bom ouvir essas experiências, a experiência do Distrito Federal
2105 e esse conhecimento técnico que o professor Pruski traz e nos
2106 demonstra que é uma solução viável, nós precisamos sim ter cuidado
2107 quanto a avaliação dessas estruturas, muito importante o tema
2108 abordado pelo Jorge sobre a segurança dessas estruturas, nós temos
2109 agora uma política nacional de segurança de barragens que traz
2110 responsabilidade ao órgão gestor, mas principalmente aos
2111 empreendedores, os donos dessas estruturas que têm que
2112 implementar uma política para garantir a segurança dessas estruturas.
2113 Era isso, mais uma vez agradecer pela participação, pela audiência de
2114 todos os Conselheiros da URC e também pelo público em geral que
2115 tem acompanhado pelo *YouTube*. O IGAM permanece à disposição de
2116 vocês.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado a você,
2117 Marcelo, pela participação, a gente da mesma forma está com o canal
2118 aberto, qualquer manifestação que você queria realizar até o final da
2119 reunião, o canal estará disponível.” Ricardo Henrique Cottini, SEMAD:
2120 “Ricardo, a nossa Superintendente está dando sinal, ela gostaria de
2121 falar.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Sim, Fernanda,
2122 perdão, eu de fato não vi aqui. A palavra está com você, doutora.”
2123 Fernanda Carla Vasconcellos, SEMAD: “É só porque o Marcelo
2124 colocou qual seria o pico, então, Marcelo, pode ficar tranquilo, os



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2125 nossos palestrantes deram um *show*. Chegamos a pico de 109 no
2126 *YouTube* em pleno horário de almoço. O pessoal com fome, mas o
2127 tema é muito cativante, importante, os palestrantes de primeiro nível,
2128 então só para colocar o registro, fora o Conselheiro nas salas que nós
2129 estamos, só para certificar que é um documento que também ficará
2130 disponível para que as pessoas visualizem em outras oportunidades. É
2131 só que ele mencionou, só que a gente teve uma quebra que o pessoal
2132 já deve estar se ausentando, mas a gente teve durante todo o processo
2133 uma audiência muito grande, eu gostaria de agradecer e só comentar
2134 com o doutor Jorge e o professor Fernando. Muito obrigada.” Ricardo
2135 Henrique Cottini, SEMAD: “O César do IEF ele não mencionou, não sei
2136 se ele gostaria de falar. César, se estiver nos ouvindo, quiser se
2137 manifestar.” César Araújo, IEF: “Boa tarde a todos. Não, não há
2138 necessidade, eu estou aqui mesmo caso algum questionamento que
2139 envolva o Instituto Nacional de Florestas eu estou de prontidão para
2140 auxiliar na resposta.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ok,
2141 obrigado, havendo qualquer questionamento a gente imediatamente
2142 passa a palavra a você. As perguntas não chegaram, eu acho que com
2143 isso a gente parte para o encerramento do nosso Diálogos com o
2144 SISEMA. Eu quero agradecer a presença de todos, eu quero agradecer
2145 em nome do SISEMA, profundamente a disponibilidade do doutor
2146 Jorge e do Pruski, dizer que a Superintendência do Noroeste e a
2147 SEMAD como um todo está aberta a qualquer questionamento ou
2148 necessidade e obrigado pela atenção, pelos ensinamentos e até uma
2149 próxima.” Jorge Werneck, ADASA-DF: “Seu microfone está desligado,
2150 então eu vou aproveitar. Gostaria de agradecer demais pelo convite, é
2151 sempre um prazer. Eu já tive em Paracatu discutindo sobre isso. Fiquei
2152 até surpreso que não surgiram perguntas sobre as Veredas, mas não
2153 dá mais tempo, fica para a próxima, mas enfim, a gente está sempre à
2154 disposição e Minas Gerais sempre foi grande parceiro. Gostaria que
2155 mandem um abraço muito forte para a Marília, que é uma grande
2156 parceira e grande amiga de longa data, tem trabalhado junto conosco
2157 em muitas frentes, e agora o Marcelo chegando, seja bem-vindo à
2158 Diretoria Geral, e estamos sempre à disposição aqui no Distrito Federal
2159 para que a gente possa trabalhar em conjunto, em equipe, em prol dos
2160 recursos hídricos, não só da nossa região, mas do Brasil como um
2161 todo. Forte abraço. E queria mandar um abraço também para a Viviane
2162 Brandão, da ANA, acho que o Athadeu da CODEVASF também já
2163 passou por aqui, são grandes amigos, parceiros também, um forte
2164 abraço a todos.” Fernando Pruski, UFRB: “Eu também gostaria de
2165 agradecer pela oportunidade, pela confiança, dizer da grande



2166 satisfação de falar sobre uma temática que realmente, como todos os
2167 segmentos, tem os seus prós, tem os seus contras, e o grande desafio
2168 da pesquisa e da sociedade como um todo é justamente compatibilizar
2169 e otimizar a relação dos benefícios, dos inúmeros benefícios dos
2170 reservatórios de regularização com os seus impactos, de tal forma a
2171 oferecer à sociedade as melhores alternativas tentando sempre mitigar
2172 os impactos ao meio ambiente. De tal forma que a gente entende que é
2173 um passo muito importante, se aprendeu bastante, até pelas
2174 informações que foram repassadas por todos, em especial pelo colega
2175 Jorge, e que se precisa ampliar esse fórum de discussão no sentido de
2176 se evitar, o que é muito frequente no país, essa questão indesejável da
2177 generalização. Então cada situação é uma situação, estamos aí, no
2178 exemplo de uma situação toda atípica, e se a gente for generalizar o
2179 uso do medicamento que funcionou para uma situação, para as outras,
2180 seguramente não vamos obter êxito e aí é que se precisa o
2181 conhecimento e embasamento para tomar a melhor decisão, levando
2182 em conta todos os fatores do processo. Muito obrigado, e a gente fica à
2183 disposição dentro desse cenário e dessa linha de pensamento.
2184 Obrigado, boa tarde a todos.” Presidente Ricardo Rodrigues de
2185 Carvalho: “Obrigado, professor Pruski, mais uma vez, obrigado doutor
2186 Jorge, e continuamos a nossa reunião com os Conselheiros da nossa
2187 URC Noroeste, e uma ótima tarde a todos. Vamos dar continuidade à
2188 nossa reunião, só para enfatizar aos senhores, a gente tem agora
2189 apenas o item 8, que é uma apresentação que vai ser feita pelo Mauro,
2190 da Assessoria de Gestão Regional, na sequência a gente faz o
2191 julgamento do item 9.1, é apenas um processo, e, por fim, senhores
2192 Conselheiros, a gente apenas aprova aqui o calendário das reuniões
2193 para 2021.” **8 AS UNIDADES REGIONAIS COLEGIADAS (URCS) E A**
2194 **POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL REGIONALIZADA.**
2195 **APRESENTAÇÃO: SEMAD.** Presidente Ricardo Rodrigues de
2196 Carvalho: “Nesse momento, para falar sobre as URCs e a política
2197 pública ambiental regionalizada, passo a palavra ao Mauro, da ASGER.
2198 Mauro, a palavra está com você.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER:
2199 “Obrigado. Estão me ouvindo? Todos ouvindo? Vou cumprimentar a
2200 todos, Conselheiros e membros da sociedade civil, servidores, na
2201 pessoa do Ricardo, Presidente da reunião da URC hoje. Agradeço, eu
2202 vou pedir um pouco de paciência, dado o adiantado da hora, e essa
2203 apresentação é feita para durar uma hora, mas vou tentar fazer em um
2204 terço desse tempo. Os Conselheiros já receberam ou estão por receber
2205 um documento escrito, então a ideia dessa nossa apresentação é
2206 justamente poder fazer um encadeamento lógico para entenderem,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2207 para não se assustarem, mas o grande propósito nosso é desenvolver
2208 um trabalho para formar uma agenda ambiental para a região noroeste.
2209 Vocês estão me ouvindo? Ricardo, pode me dar um *feedback*?
2210 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Perfeitamente, Mauro,
2211 estamos ouvindo perfeitamente.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER:
2212 “Perfeito, gente, então eu agradeço. Só fazer uma breve consideração
2213 aqui, já que são novos Conselheiros, espero que estejam sendo bem
2214 acolhidos no SISEMA e desejo a todos o cumprimento do mandato,
2215 que se possa promover a proteção e melhoria da qualidade ambiental
2216 para a região noroeste de Minas Gerais. Vamos lá, então vou ser bem
2217 rápido, vou só no essencial. Primeiro, a gente sempre apresenta essa
2218 questão, hoje a gente viu uma apresentação do Diálogos com o
2219 SISEMA. Antes, existia em 2007, um ciclo de palestras que se
2220 chamava (ÁUDIO RUIM). E o primeiro tema escolhido para a primeira
2221 palestra inaugural foi justamente política pública ambiental, dada a
2222 relevância do tema. Nessa ocasião participou Rudá Ricci, que é um
2223 renomado sociólogo, e também Telma Menicucci, que é da Fundação
2224 João Pinheiro e professora na UFMG. Só para vocês terem essa
2225 noção, o Rudá Ricci coloca logo essa questão da educação, porque a
2226 educação está imbricado, é um conceito imbricado com cidadania,
2227 porque sem educação, sem o exercício de cidadania, não existe uma
2228 possibilidade de se fazer uma construção e reconstrução de políticas
2229 públicas, então é necessária a participação de todos os segmentos da
2230 sociedade, inclusive a Telma coloca, é importante, o melhor
2231 mecanismo é a gestão participativa. Vocês podem perceber que a
2232 própria composição da URC atende segmentos de órgãos públicos, da
2233 sociedade civil, de ONGs, e isso que é importante ouvir cada pessoa,
2234 cada segmento da sociedade. Competências das URCs, os senhores
2235 Conselheiros já conhecem, já tomaram conhecimento, entre elas, uma
2236 das principais é justamente a questão de formulação e implantação de
2237 políticas públicas. Ela pode se fazer em três eixos, um eixo normativo,
2238 estabelecimento de normas secundárias, observando as
2239 especificidades na região, então por exemplo, um licenciamento pode
2240 ser, os Conselheiros, existe essa competência de instituir normas
2241 complementares, um requisito complementar para se dar concessão de
2242 licença para determinados tipos de atividades, um exemplo. Outro eixo
2243 seria a questão de arranjos institucionais, seja com entidades de direito
2244 público ou privadas para convergir esforços para se fazer políticas
2245 públicas integradas, a questão da sinergia, e existe também a
2246 possibilidade de se trabalhar a política pública de forma propositiva, a
2247 partir de estudos dos diagnósticos ou aqueles que são apresentados



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2248 para o próprio conselho de URC, para dali ele fazer deliberações,
2249 ações programáticas, estratégicas, e o monitoramento da
2250 implementação dessas ações. Ao se falar em políticas públicas, não só
2251 ambientais, é necessário ter em mente que precisa-se, inclusive para
2252 conseguir apoio e recursos financeiros para implementação de políticas
2253 públicas, importantíssimo que os Conselheiros tenham conhecimento
2254 como está o pensamento do estado, quais os planos e ações
2255 estratégicas do estado, e eles são desenvolvidos através do PMDI, que
2256 é um documento importante que faz uma programação de longo prazo,
2257 e nele está como anexo os diagnósticos setoriais, é importante ter uma
2258 leitura de como está o diagnóstico setorial na parte de meio ambiente,
2259 na parte de agricultura, e dali há possibilidade de se formar um
2260 entendimento que vai ajudar na formulação das políticas públicas. Além
2261 da PMDI, o PPAG, que na verdade é buscar a programação dos
2262 primeiros quatro anos para o PMDI, de implementação, o que vai ser
2263 avançado no PMDI nos primeiros quatro anos, e, por fim, também
2264 temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que ela é anual, ela vai se
2265 fazendo ajuste de acordo com o avançar das ações e metas
2266 estratégicas do estado. Nós também no SISEMA temos o mapa do
2267 caminho, que ele se estrutura em quatro pilares: lá embaixo está
2268 aprendizagem e conhecimento, voltado tanto para pessoas quanto para
2269 organização; temos os processos internos que são desenvolvidos pelas
2270 quatro casas; temos um pilar de estratégias para abordagem dos
2271 diferentes públicos-alvo, empreendedores, governo, cidadão e
2272 entidades representativas, e em cima nós temos o principal, todos os
2273 esforços que estão nos três pilares anteriores são justamente para se
2274 promover a melhoria da qualidade e sustentabilidade ambiental em
2275 Minas Gerais. Como que se executa essas ações? Então existe como
2276 desenvolver os macroprocessos finalísticos, estratégias e políticas
2277 ambientais é onde o COPAM e os órgãos colegiados como a URC
2278 participam junto com os dirigentes de cada casa. O outro pilar aqui de
2279 macroprocesso finalístico é conservação, preservação e recuperação
2280 dos recursos naturais, que são desenvolvidos de acordo com a agenda
2281 de cada uma das casas, e temos o terceiro que é pesquisa,
2282 desenvolvimento e inovação, que na verdade é uma convergência de
2283 contribuição de todas as casas, então por exemplo, nós temos a revista
2284 mineira de recursos hídricos, encabeçada pelo IGAM, que é de
2285 produção científica, e temos outras fórmulas de inovação, como por
2286 exemplo o desenvolvimento dos sistemas de licenciamento ambiental
2287 digital. E claro, junto com esses processos finalísticos, nós temos a
2288 atividade meio, que sem ela não há possibilidade de rodar os



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2289 processos finalísticos, então estão ali os macroprocessos finalísticos de
2290 suporte. Como que os senhores Conselheiros poderiam trabalhar as
2291 políticas públicas? Onde eu consulto, onde vou partir? O próprio
2292 SISEMA já tem desenvolvidas algumas ferramentas onde os senhores
2293 podem ler e tomar conhecimento. Os senhores vão ter acesso pelo
2294 documento que a gente está encaminhando no *Word*, nele estão os
2295 *links* para cada uma dessas ferramentas. Ali é possível os senhores
2296 acessarem e lerem. Chamo atenção para a primeira, IDE/SISEMA, que
2297 é uma ferramenta interativa, se partem do mapa de Minas, então são
2298 mais de 100 camadas, então vocês podem consultar de todos os
2299 assuntos relacionados ao meio ambiente com indicadores, isso é
2300 importante ao se pensar a formulação da política pública ambiental.
2301 Também uma outra forma de contribuição de políticas públicas é
2302 abraçar ações já em curso no SISEMA. A Subsecretaria de Gestão
2303 Ambiental ela destacou uma diretoria para reunir, fazer um banco de
2304 todos os projetos em desenvolvimento no SISEMA. Tão logo seja
2305 concluído isso, vai facilitar bastante aos senhores terem um ponto só
2306 dentro do SISEMA onde podem acessar os projetos e ver o que é
2307 pertinente para a região, ou está sendo desenvolvido na região ou está
2308 tendo sucesso em outra região e pode ser replicada na região
2309 noroeste. Em relação a esses projetos, existe a possibilidade dos
2310 senhores auxiliarem buscando captação de recursos, é um desafio,
2311 mas às vezes existe essa possibilidade dentro dos órgãos que os
2312 senhores têm vínculo profissional ou bom relacionamento. Tem a
2313 possibilidade também de estar ajudando, engajando junto com a
2314 comunidade, os principais atores, os *stakeholders*, para buscar esse
2315 apoio na participação e a divulgação também dos projetos e ações do
2316 SISEMA dentro da região de atuação, cada um está mais localizado
2317 em uma determinada microrregião da região noroeste pode fazer esse
2318 trabalho de divulgação e com isso fazendo engajamento de pessoas
2319 para ajudar. ASGER, não me apresentei para não alongar no início,
2320 mas a ASGER trabalha em três frentes, e uma das frentes da ASGER
2321 é justamente desenvolver ferramentas para apoio e outras formas de
2322 atuação para dar apoio à implementação de políticas ambientais
2323 regionalizadas. Nosso núcleo de estratégias regionais tem esse papel.
2324 Como A ASGER tem feito: até o momento ela vinha desenvolvendo
2325 ferramentas para ajudar os senhores. Já temos o IRA, que em breve
2326 explicação como funciona: a gente faz todo um trabalho a partir da
2327 concatenação do banco de dados da fiscalização com a da
2328 regularização e a gente busca aqueles empreendimentos que foram
2329 fiscalizados e autuados se buscarem regularização posteriormente.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2330 Com isso a gente faz uma identificação de localização, onde estão.
2331 Nós fazemos um acompanhamento, um monitoramento, se está
2332 havendo progresso e onde está tendo progresso dentro da região e
2333 onde há necessidade de uma atenção maior, isso para se desenvolver,
2334 não é apenas a intensificação de fiscalização nessas regiões que são
2335 mais críticas, e sim desenvolver, como os senhores acabaram de ver,
2336 uma atuação da área de educação ambiental do SISEMA, por exemplo,
2337 podemos fazer *workshops*, enfim, mobilizar as pessoas envolvidas
2338 nesse processo para conduzi-las a se fazer a utilização dos bens
2339 ambientais de forma correta. Só para exemplificação, nós temos aqui
2340 na região noroeste o resultado do levantamento e do licenciamento
2341 entre 2016 e 2019, onde observam-se as manchas de concentração de
2342 onde está tendo maior irregularidade, pessoas estão desempenhando
2343 atividades sem o licenciamento ambiental que era necessário. Outros
2344 projetos estão em curso, eu estou bem engajado nesse processo do
2345 desenvolvimento do IRA Hídrico, já estamos em fase de conclusão, e
2346 nele é o mesmo raciocínio, ao invés de pensar em licenciamento, a
2347 gente pega a questão da regularização do uso do recurso hídrico, se os
2348 empreendimentos estão fazendo, os que foram fiscalizados se eles
2349 buscam depois a regularização, qual tempo médio de resposta, uma
2350 gama de indicadores que devem ser levados em conta quando se for
2351 pensar em fazer uma política pública ambiental regionalizada em
2352 relação à questão da IRA. Temos também o Projeto Efetividade de
2353 Política Autodeclaratória, porque o licenciamento ambiental digital
2354 agora tem uma modalidade que chama LAS Cadastro, na qual parte-se
2355 todas as informações do próprio empreendedor e é claro que está
2356 sujeito à fiscalização, então nós estamos fazendo uma análise de como
2357 está sendo desenvolvido, porque o LAS Cadastro é que tem a maior
2358 quantidade, os empreendimentos estão sendo licenciados a maior
2359 parte pelo LAS Cadastro, então isso requer atenção especial para ver,
2360 não estamos pensando aqui em má fé de empreendedor, de forma
2361 alguma, mas às vezes eles mesmos estão trabalhando de forma
2362 equivocada e a gente tem que fazer o enquadramento correto do
2363 licenciamento. Temos um outro projeto que inclusive já tem recursos
2364 previstos, a verba do fundo estadual de defesa dos direitos difusos,
2365 então é algo que se pode pensar em trazer essa propositura de
2366 políticas públicas ambientais para a região dos senhores que esteja
2367 dentro desse espectro que já está definido para se fazer um projeto,
2368 uma implementação da política pública. Temos uma outra fórmula, a
2369 ASGER também tem feito uma contribuição que os senhores poderão
2370 utilizar, que é o painel de monitoramento da ASGER, onde existem



2371 vários indicadores, os senhores poderão navegar de forma amigável
2372 para ver entradas e saídas de processos por cada SUPRAM e podendo
2373 fazer um comparativo, ver o que está funcionando, porque uma tem o
2374 desempenho melhor, o que pode ser melhorado em relação à noroeste
2375 ou vice-versa, e, por fim, eu fui bem rápido, bem sucinto, nós estamos
2376 agora propondo aos senhores, depois que se faça a leitura do material
2377 que a gente está encaminhando por *Word*, todos os acessos aos links
2378 que acharem conveniente, responderem ao questionário que está na
2379 nuvem, no *Google*, está o *link* aqui, não precisam se preocupar em
2380 anotar porque no documento escrito também está ele, e esse vai ser o
2381 nosso pontapé inicial, a partir desse questionário nós vamos fazer o
2382 tratamento, uma análise do que é viável e não é, o que teve mais
2383 decorrência de propostas do conjunto de Conselheiros para podermos
2384 desenvolver, formar uma agenda e depois dessa agenda ambiental nós
2385 começamos a traçar um plano para fazer a formulação e
2386 implementação dessas políticas públicas. É só isso que tenho para
2387 apresentar hoje, agradeço a palavra, Ricardo, e me ponho à
2388 disposição.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado,
2389 Mauro, pela apresentação. A gente sabe que o adiantado da hora
2390 pede, às vezes, uma maior brevidade.” **9. PROCESSO**
2391 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO**
2392 **INDEFERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL.** Presidente
2393 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Vamos em frente com nosso item 9.
2394 Item 9.1 Josino Guimarães - Lagoa Grande/MG - PA/Nº
2395 11030000001/19 - Supressão de vegetação nativa com destoca - Área
2396 requerida: 62,5741 ha - Área passível de aprovação: 0,0000 ha -
2397 Fitofisionomia: cerrado - Estágio de regeneração: não foi possível
2398 identificar. Apresentação: IEF URFBio NOR. A gente, como esse
2399 processo é do município de Lagoa Grande, agora com a nova divisão
2400 administrativa, o IEF responsável pelo município de Lagoa Grande
2401 passa a ser o IEF da nossa regional de Patos de Minas, os nossos
2402 colegas, a Viviane, a técnica analista do processo, se encontra na sala,
2403 e o Fred também, que é nosso Supervisor Regional, também encontra-
2404 se presente na sala. Antes de colocar ao crivo dos senhores
2405 Conselheiros para verificar se tem algum destaque ou não, para a
2406 gente passar à votação, nós temos uma inscrição do senhor Ronaldo
2407 Andrade Zaoli. Senhor Ronaldo se inscreveu para esse item. A gente
2408 agora dentro daquela dinâmica que já estamos acostumando, apesar
2409 de ser nossa primeira reunião, a gente aguarda um minuto o senhor
2410 Ronaldo ser admitido na sala e poder participar das discussões, fazer a
2411 manifestação a respeito do item. Senhor Ronaldo, a gente está



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2412 aguardando. Pedindo à assessoria para verificar se o senhor Ronaldo
2413 ainda vai fazer o uso da palavra e fazer a manifestação. Bom, senhores
2414 Conselheiros, estou recebendo a informação que o senhor Ronaldo
2415 não atende no contato deixado na ficha de inscrição, e não sendo
2416 possível também encontrá-lo via *WhatsApp*, então dessa forma eu
2417 indago. Ediene, nossa Conselheira da FAEMG, fez alguma
2418 manifestação? Pois não, Ediene.” Conselheira Ediene Luiz Alves: “Ao
2419 analisar, eu dei uma lida no parecer do IEF e também no recurso
2420 apresentado pelo empreendedor, eu tive algumas dúvidas, porque o
2421 empreendedor faz várias observações às alegações, então eu gostaria
2422 de ter vistas desse processo para dar uma analisada com mais
2423 propriedade para eu dar meu parecer nesse processo.” Presidente
2424 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Pois não, Ediene. É prerrogativa do
2425 Conselheiro o requerimento de vista, eu acho que ele está
2426 devidamente justificado, então eu baixo o processo em diligência e
2427 abro vista do processo à FAEMG. Alguém mais com vista em conjunto,
2428 eu faço a indagação ao conselho.” Conselheiro Álvaro de Moura
2429 Goulart: “Também, eu também faço coro junto à Ediene, estou junto aí,
2430 Ediene.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Então vista em
2431 conjunto, SEAPA e FAEMG. Indago se mais alguém quer se
2432 manifestar, algum requerimento também de participar da vista?”
2433 Assessora Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Só para fazer uma
2434 retificação: o processo será retirado de pauta para vistas dos
2435 Conselheiros, da SEAPA e da FAEMG, e não baixar diligência, só para
2436 fazer essa retificação, porque o senhor falou baixar em diligência.
2437 Obrigada.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Perdão, Vânia,
2438 obrigado pela correção, então processo retirado de pauta para vista do
2439 Conselheiro da SEAPA e da FAEMG, em conjunto.” **10. Proposta de**
2440 **agenda anual das reuniões da Unidade Regional Colegiada**
2441 **Noroeste de Minas do COPAM, para o ano de 2021. Apresentação:**
2442 **Supram NOR.** Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Vamos
2443 passar então ao nosso item 10, o item 10 a gente, vamos só discutir a
2444 proposta de agenda anual das reuniões da URC NOR para o ano de
2445 2021. Senhores Conselheiros, as datas previstas e sugeridas pela
2446 SUPRAM Noroeste encontram-se nessa planilha para visualização dos
2447 senhores, se houver alguma manifestação, eu aguardo a manifestação
2448 do conselho em relação a qualquer dúvida em relação às datas, a
2449 gente procurou dividir essas reuniões de forma equilibrada durante o
2450 ano para que nós tivéssemos pautas com maior objetividade, com
2451 maior aproveitamento, nós optamos pelos meses 3, 6, 9 e 12, sempre
2452 respeitando questão de feriados nacionais, feriados municipais da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2453 nossa microrregião de Unaí, então eu coloco em votação a proposta de
2454 agenda das reuniões URC Noroeste.” Conselheiro Álvaro de Moura
2455 Goulart: “Só para eu conferir, eu estou vendo aqui o calendário, as
2456 nossas reuniões anteriormente eram na quinta-feira, parece que aí vai
2457 cair numa quarta-feira, 18/03, é quarta ou é quinta?” Presidente
2458 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Se não me falha, a gente tentou
2459 manter todas as quintas-feiras.” Conselheiro Álvaro de Moura Goulart:
2460 “Dessa forma, eu agradeço. É porque olhei no calendário aqui e
2461 identifiquei na quarta, mas quinta-feira é muito bom.” Presidente
2462 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Sempre às quintas-feiras, e com o
2463 horário às 13h30, após o almoço, naquele horário nosso já tradicional
2464 que a gente fez uma pequena inversão dessa vez em função do
2465 Diálogos com o SISEMA, a gente tinha essa peculiaridade hoje das
2466 apresentações, em função até da disponibilidade dos nossos
2467 palestrantes a gente passou para às 10h, mas as reuniões a partir do
2468 ano que vem, a princípio ainda nesse mesmo modelo, eu espero que o
2469 ano que vem a gente esteja já logo na primeira reunião com a vacina
2470 para essa pandemia já encaminhada e que a gente não tenha que
2471 discutir sobre esse problema no ano que vem, e a gente pode, talvez,
2472 quem sabe, voltar com as nossas reuniões de forma natural que é
2473 presencial, provavelmente na Câmara Municipal. Creio que sem mais
2474 nenhuma manifestação...” Conselheiro Antônio Marcos de Freitas:
2475 “Essa última reunião de 16/12, eu queria sugerir, e vai depender dos
2476 outros Conselheiros, para ver se passa pelo menos uma semana dela,
2477 porque como eu trabalho em órgão público, essa semana do 16
2478 normalmente é muito atribulada pra gente, a gente está encerrando o
2479 nosso ano fiscal, então é uma semana muito complicada. Se houver a
2480 possibilidade, senão a gente vê o que faz.” Presidente Ricardo
2481 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado pela manifestação. Essa questão da
2482 última reunião do mês de dezembro a gente sabe que sim, é um mês
2483 mais encurtado em função do feriado de natal, mas a outra opção seria
2484 no dia 9 e a princípio a gente tinha pensado no dia 9, mas me parece
2485 que no dia 8 de dezembro é feriado em Unaí, por isso a opção de
2486 colocar no dia 16. Vou lembrar aos senhores que essas datas, lógico,
2487 são datas sugeridas e ficam já no nosso calendário para realização das
2488 reuniões no ano que vem, mas nada impede que por um fato ou outro a
2489 gente possa com a antecedência necessária, dentro do prazo
2490 regimental, fazer alteração das datas, viu Antônio? Mas foi bem
2491 observado. Eu verifiquei isso, que estava relativamente próximo ao
2492 natal, mas em função da semana anterior ter feriado, a gente optou por
2493 manter, a princípio, no dia 16.” Conselheiro Antônio Marcos de Freitas:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2494 “Realmente dia 8 é feriado em Unaí, agora que me lembrei também.”
2495 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Isso, foi em função desse
2496 feriado, Antônio. Penso que com isso, a gente encerra a discussão a
2497 respeito do calendário e ficam essas datas aprovadas para realização
2498 das reuniões no ano de 2021. Senhores Conselheiros, mais uma vez
2499 eu agradeço a atenção de todos, eu acho que essa primeira reunião do
2500 ano de 2020 foi envolvida por uma série de desafios que a gente com
2501 certeza superou, nós conseguimos conduzir a reunião, votar o
2502 processo, apesar de ter sido apenas um processo aqui, o processo foi
2503 retirado de pauta por pedido de vista, mas a gente teve uma boa
2504 condução, acho que todos puderam aproveitar as palestras que foram
2505 proferidas e espero que em breve a gente possa se reencontrar.”
2506 Assessora Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Ricardo, só mais uma
2507 intervenção pequenininha, só para a gente concluir na publicação da
2508 decisão que houve aprovação da agenda anual, por favor. Obrigada.”
2509 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Tá, vamos colocar em
2510 votação o calendário para o ano de 2021, a gente coloca também
2511 naquela mesma dinâmica, com a apresentação da planilha e a gente
2512 vai fazer o chamamento da entidade de forma individualizada. Como
2513 vota SEAPA, Álvaro?” Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Voto
2514 favorável.” Como vota SEDE, Benigno. Benigno estava presente, agora
2515 não se manifestou, vamos em frente aqui e depois voltamos para
2516 confirmar a presença...” Conselheiro Benigno Antônio Oliva Santos:
2517 “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “SEDE,
2518 favorável. Como vota IDENE, Geraldo? Geraldo ausente. Como vota
2519 SEINFRA?” Conselheiro Hélio da Silva Mota: Favorável”. Presidente
2520 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Como vota EPAMIG, Renato.
2521 EPAMIG? EPAMIG ausente. Como vota IMA?” Conselheiro Antônio
2522 Marcos de Freitas: “Vota favorável”. Presidente Ricardo Rodrigues de
2523 Carvalho: “Como vota PMMG? Tenente Marcos Paulo?” Conselheiro 2º
2524 Tenente Marcos Paulo Dias: “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues
2525 de Carvalho: “Como vota CREA-MG?” Conselheiro Luiz Mendes
2526 Soares: “Favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho:
2527 “Como vota Ministério Público?” Conselheiro Atháide Francisco Peres:
2528 “Encaminhamento do Ministério Público favorável, uma boa tarde a
2529 todos os colegas, honra ter participado da proveitosa reunião, muito
2530 obrigado aos colegas do SISEMA e aos ouvintes.” Presidente Ricardo
2531 Rodrigues de Carvalho: “Obrigado pela participação e sua presença,
2532 sinal de prestígio para a gente. Como vota a Prefeitura de Unaí, Cátia
2533 Rocha?” Conselheira Cátia Regina de Freitas Rocha: “Voto favorável.”
2534 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Cátia. Como



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2535 vota a FIEMG, Helberth.” Conselheiro Helberth Henrique Raman: “Boa
2536 tarde. Voto favorável.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho:
2537 “FAEMG, como vota?” Conselheira Ediene Luiz Alves: “Meu voto é
2538 favorável, obrigada pela participação.” Presidente Ricardo Rodrigues
2539 de Carvalho: “FEDERAMINAS, como vota?” Conselheira Vanessa
2540 Miriany Alves Luiz: “Favorável e obrigada pela participação”. Presidente
2541 Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Vanessa. Obrigado você
2542 pela participação. Como vota SIAMIG? Perdão, a gente não conseguiu
2543 escutar, é FEDERAMINAS que está se manifestando, Vanessa?”
2544 Conselheira Vanessa Miriany Alves Luiz: “Eliana e Vanessa.”
2545 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Ah, a suplente da
2546 FEDERAMINAS. Apenas a manifestação de uma das senhoras é
2547 suficiente. Obrigado às Conselheiras da FEDERAMINAS. A SIAMIG,
2548 como vota? Adaiane SIAMIG está ausente. Funatura também ausente
2549 e a AMLPPN também encontra-se ausente, e a AAMA também. Então
2550 vamos para a próxima entidade, FACISA, como vota FACISA,
2551 Wender?” Conselheiro Wender Antônio de Oliveira: “Favorável.”
2552 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, a próxima é
2553 UNIMONTES, como vota Luiz? Luiz ausente, e, por fim, OAB, como
2554 vota OAB-MG?” Conselheiro Rafael Lopes Napp: “Favorável, senhor
2555 Presidente.” Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado,
2556 Rafael. Com isso, Conselheiros, a gente encerra a nossa reunião de
2557 hoje com a aprovação dos itens necessários. Indago se alguém mais
2558 quer fazer a última manifestação, está à disposição, a palavra está
2559 aberta.” Conselheiro Álvaro de Moura Goulart: “Somente para
2560 agradecer a oportunidade de estar participando da reunião, dar boas-
2561 vindas aos Conselheiros e parabenizar a organização da SUPRAM e a
2562 condução democrática do Ricardo e muito obrigado a todos.”
2563 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado, Álvaro, obrigado
2564 pelas suas palavras e pela sua manifestação.” Assessora Vânia
2565 Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Ricardo, parabenizar pela condução na
2566 reunião, parabenizar os Conselheiros da URC NOR pela posse no dia
2567 de hoje para esse mandato, que ele seja muito profícuo, tenho certeza
2568 que o meio ambiente só tem a ganhar com essa nova composição, e
2569 pedir aos Conselheiros que cadastrem lá no nosso canal,
2570 acompanhem, que ativem o sininho para que eles possam receber as
2571 notificações das reuniões do Conselho Estadual de Política Ambiental e
2572 também do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Ao ativarem a
2573 notificação e o sininho, todas as vezes que estivermos com uma
2574 reunião no *YouTube* eles vão receber uma notificação e vão poder
2575 acompanhar em tempo real. Muito obrigada e boa tarde a todos.”



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

2576 Presidente Ricardo Rodrigues de Carvalho: “Obrigado a você, Vânia,
2577 pela organização, por todo o apoio que a ASSOC conferiu à SUPRAM
2578 Noroeste para realização do evento. Então, senhores, muito obrigado,
2579 tenham uma boa tarde.”